

1. 24 Horas, 02-07-2009, Dias Loureiro ouvido como arguido	1
2. Crime, 02-07-2009, Alegações finais	4
3. Diário de Notícias, 02-07-2009, Caso Dias Loureiro separado do processo BPN	5
4. Diário Económico, 02-07-2009, "Não cometi nenhuma irregularidade"	7
5. Diário Económico, 02-07-2009, A queda de um anjo	10
6. Diário Económico, 02-07-2009, AdC diz que alinhamento de preços na banca não significa concertação	11
7. Diário Económico, 02-07-2009, As duas faces do mesmo governo	12
8. Diário Económico, 02-07-2009, Editorial - O estado da nação	18
9. Jornal de Negócios, 02-07-2009, Dias Loureiro é o novo arguido na investigação ao BPN	19
10. Jornal de Notícias, 02-07-2009, Figura do dia	22
11. Meia Hora, 02-07-2009, Dias Loureiro constituído como arguido no processo	23
12. Primeiro de Janeiro, 02-07-2009, Não cometi nenhuma irregularidade	25
13. Público, 02-07-2009, Dias Loureiro é arguido por suspeita de ilegalidades	27
14. Sábado, 02-07-2009, Primeiro plano	30
15. Visão, 02-07-2009, Madoff e o direito	31



EX-CONSELHEIRO DE ESTADO EXPLICOU MAUS NEGÓCIOS A PROCURADOR

Dias Loureiro ouvido como arguido

■ TEXTO ■ LUISMANETA E CARLOSTOMÁS

A notificação chegou às mãos de Manuel Dias Loureiro na segunda-feira da passada semana. Ontem, o ex-conselheiro de Estado entrou no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) para, finalmente, ser "ouvido" pelos magistrados titulares da investigação ao caso BPN.

"Dias Loureiro foi ouvido quando os magistrados titulares do processo entenderam conveniente e oportuno", confirmou a meio da tarde de ontem a Procuradoria-Geral da República (PGR), acrescentando que o antigo conselheiro de Estado foi ouvido na "qualidade que os mesmos magistrados decidiram". Fonte da Polícia Judiciária contactada pelo *24horas* garantiu que essa "qualidade" foi a de "arguido".

Ao longo de três horas, Dias Loureiro foi interrogado pelo pro-

curador Rosário Teixeira, que coordena todas as investigações relacionadas com a "Operação Furacão" e que ontem, segundo revelou a edição *online* do semanário Sol, foi coadjuvado por elementos da Inspeção Tributária.

Prejuízo 38 milhões

Em investigação estarão dois negócios nos quais Dias Loureiro participou e que decorreram praticamente em simultâneo: a venda de uma empresa de tratamento de águas em Marrocos, a Redal, e a aquisição da Biometrics Imagineering, sediada em Porto Rico, vocacionada para a área tecnológica.

O negócio em Porto Rico ter-se-á saldado num prejuízo nada mo-

desto para o BPN de 38 milhões de euros.

Em comum, tanto a venda da Redal como a compra da Biometrics contaram com o envolvimento do empresário libanês Abdul El Assir – personagem controversa, cujo círculo de relações pessoais inclui o antigo presidente americano Bill Clinton e o rei de Espanha, apesar de já ter sido apelidado de "traficante de armas".

Dias Loureiro demorou um mês e cinco dias a passar da condição de ex-conselheiro de Estado a arguido. Ontem esteve três horas a explicar a sua vida no BPN

Dias Loureiro foi ouvido pelo procurador Rosário Teixeira, que coordena a "Operação Furacão"

Segundo revelou Oliveira e Costa no Parlamento, terá sido El Assir, por intermédio de Dias

Afinal Oliveira e Costa não é o único suspeito

MÁRIO CRUZ/LUSA



» Oliveira e Costa é arguido mas está detido por perigo de fuga

O primeiro arguido no caso BPN foi Oliveira e Costa, o antigo presidente do banco. Suspeito da prática de crimes de burla, fraude fiscal, branqueamento de capitais e falsificação de documentos, Oliveira e Costa foi constituído arguido e interrogado nos dias 20 e 21 de Novembro de 2008. Depois tornou-se o primeiro banqueiro a entrar na prisão: o juiz Carlos Alexandre mandou-o para prisão preventiva. Está há sete meses detido no estabelecimento prisional anexo às instalações da Judiciária, em Lisboa, situação que se irá manter, pelo menos durante mais dois meses. Em

finais de Fevereiro, já com as audições no âmbito do inquérito parlamentar sobre a nacionalização do BPN e a supervisão bancária a decorrerem, começa a tornar-se claro que o processo não iria ficar reduzido a um único suspeito. Antigo comissário europeu e dirigente de topo do PS, António Vitorino disse: "Quando há um administrador que vai ao Parlamento dizer que havia pagamentos por fora, não é possível o Ministério Público ignorar esse facto e daí tem de retirar as ilações criminais correspondentes". Ou seja, avançar com a constituição de mais arguidos.



ANDRÉ KÖSTERS/LUSA

» Dias Loureiro esteve ontem a explicar ao procurador Rosário Teixeira o que fez no BPN

Loureiro, a pressionar a SLN para fechar o negócio. O antigo homem forte do BPN contou quando foi chamado à Comissão Parlamentar de Inquérito que, uma noite, recebeu um telefonema de Dias Loureiro a relatar que o libanês havia lançado um ultimato: "Ou a compra da Biometric ia para a frente ou desligava-se do apoio que estava a dar ao grupo para vender a Redal" a uma empresa francesa.

Dias depois, os três encontraram-se em Cascais. Os negócios foram fechados. Resta saber se alguém obteve benefícios ilegais.

A aquisição "ruinosa" da Biometrics somam-se ainda 42 milhões de euros de crédito concedido pelo BPN a El Assir e cuja cobrança é considerada duvidosa.

As explicações de Loureiro

Um mês e mais cinco dias. Foi este o tempo que Dias Loureiro teve de esperar, desde que se demitiu de conselheiro de Estado até entrar no DCIAP, para ser inquirido. O antigo "delfim" dos governos de Cavaco Silva renunciou ao cargo a 27 de Maio.

Dias Loureiro entendeu então escrever ao procurador-geral da República a pedir para ser ouvido no caso BPN: "Sei aquilo que fiz, sei que não fiz nada ilegal". E desdobrou-se em entrevistas aos jor-

nais... Em todas repetiu ser ele "o mais interessado" em esclarecer as suas decisões enquanto administrador da Sociedade Lusa de Negócios, proprietária do banco.

Pinto Monteiro fez-lhe a vontade. A 3 de Junho assinou um despacho onde ordenava a realização da inquirição, desde que a diligência não fosse prejudicial ao andamento do processo. "É um direito que as pessoas têm de ser ouvidas e dar a sua posição", esclareceu a coordenadora do DCIAP, Cândida Almeida. Ontem, passado mês, chegou o momento.



» A procuradora Cândida Almeida já tinha dito que Loureiro iria ser ouvido

Se Dias Loureiro repetiu no Ministério Público as explicações que deu aos deputados no início de Maio, terá defendido que o acordo para a aquisição da Biometrics terá permitido "poupar" mais 33 milhões de euros. Isto porque, segundo a versão do antigo administrador, a SLN terá avançado, à cabeça, com os 38 milhões de euros. E quando El Assir percebeu que havia a intenção de "romper o negócio" terá ameaçado com um pedido de indemnização no valor de "centenas de milhões de euros".

"Foi por isso que sugeri que mais valia perder os 38 milhões de euros iniciais do que ter que pagar mais. Assim a SLN não pagava mais nada", argumentou Dias Loureiro.

No âmbito deste processo, o Ministério Público está também a investigar as actividades do Banco Insular de Cabo Verde, que só em Junho de 2008, e na sequência de denúncia anónimas, foi relacionado com o BPN.

Procuradora cumpriu

"As denúncias não diziam que o banco Insular era da SLN, o que se dizia era que havia uma pessoa lá no BPN que conduzia operações secretas com várias entidades, uma das quais seria o Banco Insular", esclareceu o governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, numa das duas vezes que compareceu perante a comissão parlamentar de inquérito.

Este processo está a ser investigado pelo Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), chefiado pela procuradora-geral adjunta Cândida Almeida, que no início de Maio havia dito que o ex-conselheiro de Estado seria ouvido "o mais rapidamente possível".

Na altura, Cândida Almeida admitiu que a audição seria uma mais-valia para a investigação do caso BPN. ▸





Alegações finais

Tristeza feliz



Os portugueses são acomodados, vivem angustiados com a falta de dinheiro mas, ainda assim, consideram-se felizes. É o retrato revelado por um estudo sobre a pobreza. Não é novidade, mas explica o imobilismo espiritual e material do país e a dificuldade extrema em evoluir, mudar e aceitar novos desafios. Nós somos o que este inquérito revela, com a agravante de não haver políticos mobilizadores.

Relatório salva Constâncio?



Já se diz por aí que o relatório final da comissão parlamentar de inquérito ao BPN vai evitar a todo o custo a "crucificação" do regulador Vitor Constâncio. É uma forma amável de demonstrar aos portugueses que nenhuma responsabilidade pode ser assacada ao Banco de Portugal pelo facto de um banco ter cavado um buraco do tamanho da cratera do Etna. Suspeitamos até que, em alguns excertos do texto final, haja rasgados elogios. Para já, o texto preliminar limita-se a umas alfinetadas, alegando que Constâncio e o BPN recusaram divulgar informação que tinha sido preciosa para avaliar melhor o caso.

Talvez mais tarde

O TGV é para mais tarde. Novo aeroporto só no Inverno. Auto-estrada de Trás-os-montes, talvez para o ano. Viagem à lua... estamos a pensar nisso. A megalomania ruinosa do Governo foi adiada. É oficial. As grandes obras que iam tirar o país da ruína (da crise, para ser mais simpático) estão adiadas. Já não havia dinheiro, agora também não há urgência. Assim sendo, é urgente inventar outras coisas onde gastar o dinheiro que continuamos a não ter. O governo está atento.

Negócios do BPN. O Ministério Público decidiu autonomizar do processo BPN o caso que envolve Dias Loureiro. A compra de uma empresa alegadamente tecnológica, em Porto Rico, é o ponto central da investigação do DCIAP, que pretende apurar se o antigo conselheiro de Estado quis, intencionalmente e com benefício próprio, prejudicar os interesses do banco



Manuel Dias Loureiro foi ontem interrogado durante sete horas nas instalações do DCIAP

Os engulhos no Conselho de Estado

Estava escrito nas estrelas que, mais cedo ou mais tarde, Dias Loureiro iria ser chamado ao Ministério Público para falar do BPN. Mas, numa primeira fase, e após uma conversa com o Presidente da República, Cavaco Silva, Dias Loureiro manteve-se no Conselho de Estado, órgão de aconselhamento presidencial. Aliás, o Presidente chegou a considerar como "suficiente" uma conversa para manter tudo como estava. À medida que a Comissão Parlamentar de Inquérito foi revelando dados novos, a posição de Dias Loureiro no Conselho de Estado ficou insustentável. O próprio pediu a demissão. Cavaco Silva aceitou-a. A seguir, invocando o direito ao bom-nome, o ex-conselheiro escreveu uma carta ao procurador-geral da República, Pinto Monteiro, pedindo para ser ouvido. Dois dias depois de a carta ter chegado, o PGR ordenou aos procuradores do DCIAP para ouvirem Dias Loureiro. Ontem, a ordem concretizou-se.

CASO DE DIAS LOUREIRO SEPARADO DO PROCESSO BPN

■ CARLOS RODRIGUES LIMA

O eventual envolvimento de Dias Loureiro em negócios que terão prejudicado o BPN está a ser investigado num processo autónomo à investigação que corre sobre o banco. O ex-conselheiro de Estado foi, ontem, constituído arguido devido à sua ligação ao chamado negócio de Porto Rico, o qual terá provocado um prejuízo de 40 milhões de euros ao BPN. Em causa podem estar crimes de burla e falsificação de documentos.

Depois de ter pedido ao procurador-geral da República, Pinto Monteiro, para ser ouvido no processo, Dias Loureiro acabou por ser interrogado pelo procurador Rosário Teixeira, durante o dia de ontem, no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP). Tal como se previa, o antigo conselheiro de Estado foi confrontado com dois negócios em que teve intervenção enquanto quadro do BPN: da venda Redal, em Marrocos, e da compra da Biometrics, em Porto Rico. Mas, refira-se, caso esta investigação avance até julga-

mento, as declarações de Dias Loureiro prestadas ontem de nada valerão. O Ministério Público poderia ter levado o arguido ao juiz de instrução, mas optou por conduzir o interrogatório. Daí, a Dias Loureiro apenas ter sido aplicado o termo de identidade e residência (TIR) como medida de coacção.

A ligação entre os negócios da Redal (um consórcio liderado pela Sociedade Lusa de Negócios, em Marrocos) e da Biometrics foi explicada no Parlamento por José Oliveira Costa. O antigo presidente do BPN, quando foi ouvido na Comissão Parlamentar de Inquérito, disse que, com a entrada em cena de El-Assir, um amigo libanês de Dias Loureiro, houve uma certa pressão para que o negócio de Porto Rico se concretizasse, caso contrário El-Assir deixaria de fazer lóingue em Marrocos para a venda da Redal.

Em Porto Rico, a SLN acabou por comprar a empresa Biometrics que, alegadamente, produziria uma nova máquina concorrente com as actuais ATM. A Biometrics foi, entretanto, vendida ao Ex-

cellence Assets Fund, controlado pelo BPN, que acabou por vender a uma empresa *offshore*, La Granjuilla, do próprio El-Assir. Nas contas do fundo, esta venda apareceu contabilizada por "um dólar". E há mesmo um documento assi-

nado por Dias Loureiro que subcreve este valor. Ou seja, há suspeitas de que cerca de 40 milhões de euros desapareceram do circuito do negócio.

Ontem, à saída do DCIAP, Dias Loureiro revelou que foi confrontado com documentos novos. Segundo informações recolhidas pelo DN, a investigação em curso pretende apurar se Dias Loureiro, El-Assir e Oliveira Costa fizeram este negócio com intenção de prejudicar os interesses da SLN. Até porque, como se verificou na Comissão Parlamentar de Inquérito, à época do negócio foram feitos pareceres internos que aconselhavam prudência.

Apesar da notícia da constituição como arguido de Dias Loureiro estar a circular publicamente desde o início da tarde, a Procuradoria-Geral da República — que na semana passada até confirmou a constituição de arguido de Carlos Guerra no caso Freeport — apenas disse que o "sr. dr. Dias Loureiro foi ouvido quando os magistrados titulares do processo entenderam conveniente e oportuno", sendo certo que havia uma ordem do procurador-geral para ouvi-lo. ■

"Se não fosse o raio da Biometrics..."

"Se não aparecesse o raio [do negócio da compra] da Biometrics [em Porto Rico] nunca estaríamos aqui." Esta foi uma das frases de José Oliveira Costa, antigo presidente do BPN, que se encontra preso preventivamente, que animou uma sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito ao BPN. O antigo responsável pelo banco colocou toda a responsabilidade do fracasso do negócio em Dias Loureiro e El-Assir. Acusando ambos de terem feito uma espécie de chantagem para que a compra da empresa de Porto Rico se realizasse rapidamente.



Assinei milhares de documentos ao longo da vida e tenho de confiar nas pessoas que têm a competência técnica para elaborá-los.

O sócio de Porto Rico queria receber esta tranche e, quando percebeu que queríamos romper o negócio, ameaçou com uma indemnização de centenas de milhões de euros.

Foi por isso que sugeri que mais valia perder os 38 milhões de euros iniciais do que ter de pagar mais. Assim, a SLN não pagava mais nada. O acordo permitiu à SLN evitar gastar mais 33 milhões de euros.

Alguém [envolvido na operação de venda de empresas em Porto Rico] veio invocar que eu não podia tê-lo feito? Não há nenhuma parte envolvida com a acção que tenha metido uma acção cível para a anulação do negócio, que é privado.

Manuel Dias Loureiro
Ex-administrador da SLN



Dias Loureiro investigado à parte e só pelo negócio de Porto Rico

BPN. Ministério Público investiga se ex-conselheiro de Cavaco beneficiou com Biometrics

O ex-conselheiro de Cavaco Silva foi ontem constituído arguido num processo autónomo à investigação sobre o BPN. Em causa, neste momento, está apenas o famoso negócio de Porto Rico, que envolveu a compra de uma empresa (a Biometrics) e as sucessivas transacções entre empresas sediadas em *offshores*. Neste episódio, que

provocou um prejuízo de 40 milhões ao banco, surge o empresário libanês El-Assir, amigo de Dias Loureiro, um dos que terão lucrado com a transacção. O Ministério Público quer apurar se Dias Loureiro também lucrou ilegalmente com o negócio. Em causa podem estar crimes de burla e falsificação de documentos. **ACTUAL 3, pág. 5**



“Não cometi nenhuma irregularidade”

Dias Loureiro confirmou, ontem, que é arguido no caso BPN. Foram já ouvidos mais três ex-responsáveis da SLN.

Lígia Simões e Susana Represas
ligia.simoes@economico.pt

Dias Loureiro foi constituído arguido no caso BPN tendo ontem sido ouvido no Departamento central de Investigação e Acção Penal (DCIAP).

A saída do DCIAP, onde prestou declarações ao longo de várias horas sem a presença de um advogado, o ex-conselheiro de Estado adiantou que desconhecia os contornos do negócio de Porto Rico: “Só hoje [ontem] percebi alguns contornos deste negócio, da compra da Biometrics”.

Dias Loureiro reitera que não cometeu “nenhuma irregularidade”, mas admite um longo caminho pela frente, antecipando a preparação da sua defesa neste processo.

“Só hoje [ontem] percebi alguns contornos deste negócio, da compra da Biometrics”.

Em causa estão suspeitas sobre os contornos da venda da concessionária marroquina Redal pela SLN à francesa Vivendi, e o negócio de compra da empresa tecnológica de Porto Rico, Biometrics, que terá registado prejuízos de 38 milhões de dólares ao grupo então liderado por José de Oliveira Costa. O interrogatório não terá surpreendido o ex-ministro da Cavaco Silva, já que o próprio tinha pedido ao Ministério Público para que fosse chamado pelos investigadores do processo, no final de Maio. “Sou a pessoa mais interessada em ser ouvido”, garantiu, dias antes de ter pedido para deixar de ser conselheiro do Presidente da República.

O Diário Económico apurou que nas últimas semanas foram ouvidos pelo DCIAP mais três ex-responsáveis do grupo SLN: António Coutinho Rebelo, antigo administrador do Excellence

Asset Fund (EAF); Francisco Sanches, braço direito de Oliveira Costa e ex-administrador da SLN; e António Coelho Marinho, o mais antigo dos administradores do BPN. Coutinho Rebelo garantiu ao Diário Económico que não foi constituído arguido e que foi ouvido na qualidade de testemunha. Os outros responsáveis estiveram incontactáveis até ao fecho desta edição.

Um dos pontos da investigação judicial do processo BPN incide num “diferencial injustificado de 10 milhões de dólares (quase 7,5 milhões de euros)”, relacionado com três operações que decorreram no mesmo dia. A PGR quer saber o destino do dinheiro.

A 30 de Novembro de 2001, a SLN - detentora do BPN - comprou 25% do capital da Biometrics por 31,25 milhões de dólares (23,4 milhões de euros), tendo no mesmo dia vendido essa posição ao EAF por exactamente a mesma verba. Mas no mesmo dia, a SLN comprou o Excellence Asset Fund (à empresa La Granjilla, sediada no Panamá e pertencente ao empresário libanês El-Assir) por 21 milhões de dólares. Uma operação com a qual o deputado do CDS, Nuno Melo, confrontou Dias Loureiro, no Parlamento, tendo obtido como resposta o “desconhecimento”. O ex-administrador da SLN garantiu que só assinou o primeiro documento. Fontes judiciais avançam, porém, que o contrato-promessa para a compra da La Granjilla, foi assinado a 30 de Novembro de 2001 por Dias Loureiro, Oliveira Costa e um representante daquela empresa.

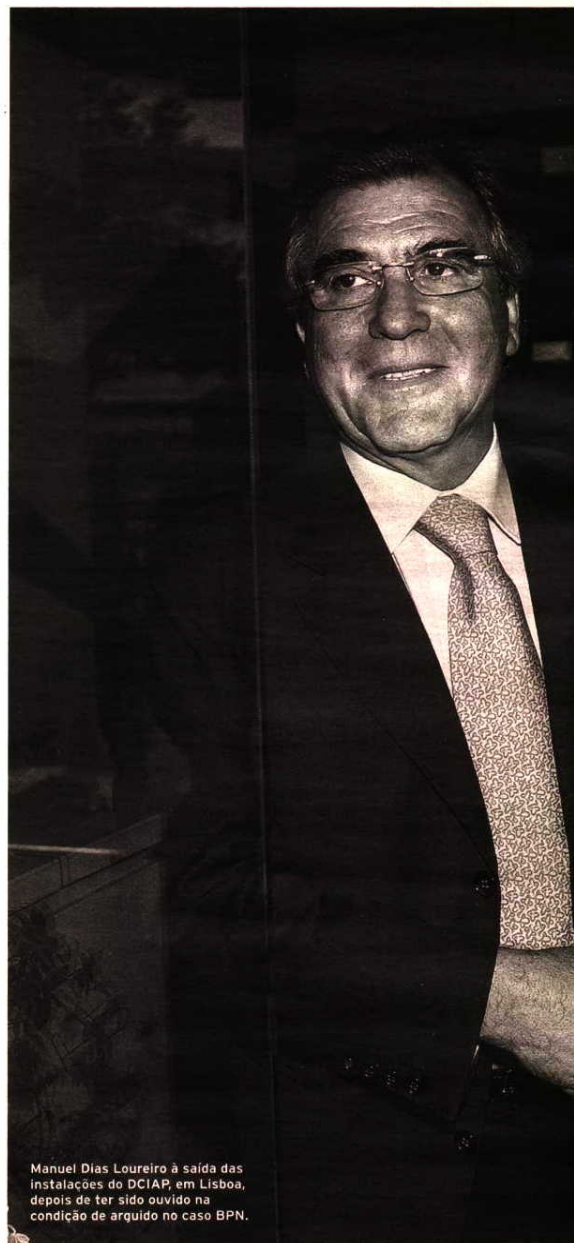
Oliveira Costa avançou na comissão parlamentar de inquérito que foi pressionado a aceitar este negócio: “Recebi uma chamada do Dr. Dias Loureiro a dizer-me que ou a compra da Biometrics ia para a frente ou El-Assir desligava-se do apoio que estava a dar para a venda da Redal”, empresa marroquina do sector das águas. ■

QUEM JÁ FOI OUVIDO

● Coutinho Rebelo é um dos três ex-responsáveis da SLN que já foi ouvido pelo DCIAP. Pôs em causa várias declarações de Dias Loureiro na audição parlamentar, em Fevereiro onde, ao contrário do ex-conselheiro de Estado, disse que a compra da portorriquenha Biometrics custou bem mais do que “um dólar”. Garantiu ainda que o fundo que geria, ao contrário das perdas apontadas, até ganhou com a operação.

● Coelho Marinho admitiu no Parlamento, em Março, que “negociou com Oliveira Costa um salário livre de impostos” o que implicou que tivesse dinheiro a receber de forma informal. Adiantou que as verbas de 685 mil euros de complemento salarial lhe eram directamente entregues por Oliveira Costa, o ex-presidente do grupo actualmente detido.

● Francisco Sanches, que é arguido do Banco de Portugal num processo de contra-ordenação que envolve suspeitas e prestação de informação falsa ao regulador, também prestou declarações na comissão, onde confirmou que foi Dias Loureiro quem recomendou o libanês El-Assir com quem a SLN fez negócios desastrosos.



Manuel Dias Loureiro à saída das instalações do DCIAP, em Lisboa, depois de ter sido ouvido na condição de arguido no caso BPN.

AS PRINCIPAIS FIGURAS DO CASO BPN



Oliveira Costa
Ex-presidente do grupo SLN



Francisco Sanches
Ex-administrador do BPN

Este responsável considerou o negócios de Porto Rico uma operação “ruinosa”. No Parlamento garantiu que o negócio foi-lhe apresentado por Dias Loureiro e que foi pressionado a aceitá-lo.

Francisco Sanches, braço-direito de Oliveira Costa, esclareceu aos deputados que o cliente indicado por Dias Loureiro, o empresário libanês Abdul Rahman El-Assir, funcionou como testa-de-ferro do BPN.



PS segura Vítor Constâncio

Relatório final da comissão de inquérito ao BPN aponta ineficácia das regras europeias.

Lígia Simões

ligia.simoeseconomico.pt

O Partido Socialista (PS) já definiu a directriz das conclusões do relatório final da comissão de inquérito ao BPN. Será crítico para com a supervisão bancária em geral, não dirigindo acusações à actuação do governador do Banco de Portugal (BdP). A maioria socialista sustentará que as regras europeias foram seguidas e que estas é que se revelam ineficazes. Mais: não era possível ao regulador nacional detectar as fraudes no banco que foi liderado por Oliveira Costa, entre 1998 e 2008. Após a descoberta de contabilidade paralela e de um buraco financeiro de 700 milhões de euros, o BPN foi objecto de nacionalização em Novembro do ano passado e o valor líquido negativo é já superior a 1.600 milhões de euros devido às imparidades (perdas potenciais).

A intervenção do Governo e a actuação do BdP acabaram por ser objecto de inquérito parlamentar, recaindo agora as expectativas sobre as conclusões de sete meses de trabalho, num relatório que promete ser polémico.

"A maioria socialista na comissão de inquérito ao BPN está de acordo em duas coisas: Vítor Constâncio não teve culpa nas fraudes detectadas no banco e é também óbvia a constatação de que a supervisão não conseguiu detectá-las, o que não quer dizer que não agiu de acordo com os procedimentos internacionais, que não se mostram muito eficazes na detecção de fraudes, não só em Portugal como em outros países", avançou ao Diário Económico Leonor Coutinho, deputada do PS. Apesar de não confirmar se estas serão as conclusões que constarão do relatório, também o deputado socialista Ricardo Rodrigues não hesita em afirmar que haverá uma crítica à supervisão. Já a relatora do documento, Sónia Sanfona, avança que os deputados socialistas estão ainda a discutir as conclusões que, frisa, serão "justas e rigorosas e retiradas da matéria que conseguimos apurar. Esta responsável revela que espera ter a versão final concluída entre esta sex-

ta-feira e segunda-feira, avançando que, neste momento, não pode confirmar a directriz socialista das conclusões.

Um dado é certo. Afastada a actuação negligente do Banco Central, o PS fará recair as críticas sobre o actual modelo de supervisão bancária europeia. As conclusões deverão ser apresentadas na próxima segunda-feira, na véspera da discussão e votação do documento final, que está ainda em fase de acertos e que contará com o contributo dos vários grupos parlamentares. A este respeito, a deputada do PS, Sónia Sanfona, revela que já acolheu "muitos contributos" do PSD e PCP, não tendo ontem sido entregues os acertos pretendidos pelo CDS e BE.

O relatório final apontará, assim, baterias para a discussão a nível da UE e que o caminho passa pelo alinhamento

"Vítor Constâncio não teve culpa nas fraudes detectadas no BPN", diz a deputada socialista Leonor Coutinho.

com as recomendações para a supervisão bancária. Em causa está, diz Leonor Coutinho, o dossier em andamento em Bruxelas sobre a Directiva dos Rádios de Capital.

Sobre a actuação do BdP, o deputado do PSD, Hugo Velosa, considera que "não cumpriu com as obrigações que tinha e deixou que a situação do BPN chegasse ao que chegou em 2008". Velosa prefere, porém, não falar em falha grave contrariamente ao deputado Nuno Melo que reafirma uma vez mais que esta é a posição de princípio do CDS/PP.

"Só depois de perceber até que ponto todos os nossos contributos serão incluídos, tomaremos a decisão de avançar, ou não, com um relatório alternativo", afirmou Nuno Melo.

Já as propostas de conclusão do PSD podem constar numa declaração de voto que funcionaria, segundo Hugo Velosa, como proposta alternativa. ■



Miguel Cadilhe
Ex-presidente
do grupo SLN

O antigo ministro de Cavaco Silva acusou Banco de Portugal de não ter investigado irregularidades no BPN. Cadilhe liderou o banco durante quatro meses, entre Julho e Novembro do ano passado, até à nacionalização.



El-Assir
Empresário
libanês

Era accionista da Biometrics, uma das empresas de Porto Rico que meses depois de ter sido adquirida faliu sem nunca ter tido actividade. Os negócios de Porto Rico foram ocultados das autoridades nacionais.



António Marta
Ex-vice
governador do BdP

Reiterou que, na reunião que teve com Dias Loureiro em 2001, este lhe manifestou preocupação pelo "Banco de Portugal estar sempre a fazer perguntas sobre o BPN". A versão foi desmentida por Dias Loureiro.



Dias Loureiro ontem à saída do DCIAP.



Dias Loureiro constituído arguido no caso BPN

O negócio de Porto Rico e a venda da Redal à Vivendi levaram o ex-conselheiro do Estado a ser ouvido, como arguido, no Departamento Central de Investigação e Acção Penal. — P 38 E 39



OPINIÃO

ANTÓNIO COSTA
Director
antonio.costa@economico.pt



A queda de um anjo

Manuel Dias Loureiro passou a ter o estatuto de arguido no caso BPN, numa sequência de acontecimentos que, em poucos meses, o levou de uma visita despreocupada ao Parlamento para ser ouvido pelos deputados a uma visita preocupada ao Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) para ser ouvido pela procuradora Cândida Almeida.

Dias Loureiro não é culpado de nada e merece o mais importante estatuto de todos, o de inocente, mas a verdade é que este é o momento da queda de um anjo do regime.

Quando o BPN foi nacionalizado - por uma situação financeira crítica - cedo se percebeu que a supervisão bancária do Banco de Portugal tinha falhado, com uma factura elevada, a de um buraco de 1,6 mil milhões de euros. Mas também cedo se percebeu que o que estava em causa tinha outra dimensão, judicial. E daí à detenção de Oliveira Costa, o histórico presidente, foi um passo.

O primeiro erro de Dias Loureiro foi tratar o assunto, a sua passagem pelo grupo que detinha o BPN, com ligeireza e superficialidade. Foi assim

Dias Loureiro não é culpado, tem o mais importante estatuto de todos, o de inocente. Mas, a partir de agora, vai ter muito para explicar.

que Loureiro foi ao Parlamento prestar as suas primeiras declarações no âmbito da comissão parlamentar de inquérito ao banco. Tardou, estranhamente, a perceber que estava numa situação sensível, tardou em sair do Conselho de Estado, e em todos estes momentos, as explicações foram, no mínimo, insuficientes. E este foi o segundo erro: não saiu imediatamente do Conselho de Estado, fragilizou um órgão consultivo do Presidente, em vez de explicar, imediatamente, tudo o que tinha a explicar, sobretudo as contradições do próprio Dias Loureiro.

As investigações judiciais e o trabalho político da comissão parlamentar de inquérito mostraram as contradições que Dias Loureiro, agora como arguido, vai ter de explicar. A sua ida ontem ao DCIAP mostrou um homem confiante na sua inocência - e a ausência de advogado ajudou - mas o caminho só agora começou. E a afirmação de Loureiro de que passou a conhecer [ontem] dados que não conhecia em operações nas quais esteve directamente envolvido são reveladores do que está para vir.

Dias Loureiro não é culpado, muito menos por causa das acusações de Oliveira Costa no Parlamento, desde logo porque não é aceitável que o maior responsável pela situação do BPN seja, ao mesmo tempo, o homem íntegro que serve para acusar tudo e todos. Também não é acusado, é 'apenas' suspeito. No entanto, publicamente, Dias Loureiro já não consegue escapar à censura e mesmo à condenação social, parcialmente por responsabilidade própria na forma como foi conduzindo as suas intervenções públicas.

Face ao seu passado, político e empresarial, pela sua influência na sociedade, pelo seu estatuto e reconhecimento públicos, Loureiro é o primeiro interessado em explicar tudo o que sabe... e o que não sabe. ■



AdC diz que alinhamento de preços na banca não significa concertação

Práticas nos cartões de crédito podem indiciar problemas, revelou Manuel Sebastião.

Hermínia Saraiva
herminia.saraiva@economico.pt

A banca é um dos sectores na mira da Autoridade da Concorrência (AdC), cujo presidente esteve ontem na Assembleia da República a fazer um balanço do primeiro ano de mandato. Falando na Comissão de Orçamento e Finanças, Manuel Sebastião diz que existem algumas práticas no sector financeiro, nomeadamente nos cartões de crédito, que podem indiciar problemas de concorrência.

Para o presidente da Autoridade da Concorrência "a semelhança de preços e condições [em produtos financeiros] poderá indiciar alguma concertação". Mas, à semelhança do que aconteceu com os combustíveis,



Manuel Sebastião
Presidente
da Autoridade
da Concorrência

A Autoridade da Concorrência recebeu no ano passado coimas no valor de 3,2 milhões de euros. De acordo com Manuel Sebastião, cerca de 60% desse valor (1,92 milhões de euros) reverteu para o Estado e 40% (1,28 milhões de euros) para o regulador.

tíveis, Manuel Sebastião não avançará com acusações sem provas e está a estudar o mercado. O presidente da AdC diz ter a "noção que em produtos relativamente homogêneos e em que o preço é uma variável decisiva, as empresas tendem a alinhar os preços umas pelas outras". Uma declaração que vai de encontro às conclusões da investigação ao mercado dos combustíveis líquidos, apresentada em Abril, em que a AdC diz não haver cartelização, apenas "um paralelismo de comportamentos".

Paralelamente, a Concorrência prossegue o trabalho desenvolvido com o Banco de Portugal em matéria de "switching costs", com o presidente da AdC a garantir que "hoje é muito mais fácil mudar de

banco". "Continuamos a trabalhar com o Banco de Portugal, mas esta é uma matéria que tem sofrido alguns atrasos devido à crise financeira", afirmou.

Questionado sobre a nacionalização do BPN e a situação do BPP, Manuel Sebastião esclareceu os deputados que estas matérias saem da alçada do regulador português. Os apoios dados à banca portuguesa "são de natureza de ajudas de estado", diz o presidente da AdC, o que justifica que sejam tratados pela Comissão Europeia: "Sabemos que [estas questões] estão a ser trabalhadas directamente entre o ministério das Finanças e Bruxelas porque em matéria de ajudas de estado os reguladores nacionais não têm iniciativa". ■

Distribuição à lupa

Manuel Sebastião já tinha dito em entrevista ao Diário Económico que no sector da distribuição a AdC iria avançar com investigações "por iniciativa própria" e a análise já está a decorrer. À saída da Comissão de Orçamento de Finanças, o presidente da AdC disse já ter ouvido diversas entidades ligadas ao sector. "Já tomámos todas as medidas para avançar com uma análise muito complexa do sector de distribuição", disse, adiantando que, a existir infracção, se enquadraria no artigo 7º da Lei da Concorrência: abuso de dependência económica. Manuel Sebastião informou ainda os deputados que existem na AdC dois processos relacionados com o sector do leite, sobre os quais se escusou a dar pormenores. **H.S.**



DESTAQUE ESTADO DA NAÇÃO

O QUE MAIS MARCOU ESTA LEGISLATURA

Da política à Justiça, passando pela Economia, Educação e Saúde, estes foram alguns dos principais marcos do Governo.

2005 **JULHO**
Primeira remodelação governamental
Ao fim de quatro meses, o ministro das Finanças, Luís Campos e Cunha, foi a primeira baixa no Governo de José Sócrates, em Julho de 2005. Cansaço

As duas faces do mesmo Governo

Portugal debate hoje o Estado da Nação. Na hora de avaliar os quatro anos do Executivo de Sócrates, salta à vista um mandato com duas eras distintas.

Margarida Peixoto e Márcia Gaiirão
margarida.peixoto@economico.pt

A equipa de José Sócrates entrou em campo com espírito vencedor. O ímpeto reformista conquistou os adeptos e permitiu-lhe manter durante os primeiros dois anos de legislatura a confiança que tinha ganho nas urnas. Mas, ao intervalo, a entrada em jogo da crise tirou-lhe margem de negociação e trouxe para as ruas as maiores manifestações de que há memória em Portugal. Hoje, no último debate sobre o Estado da Nação, Sócrates terá de explicar aos deputados, e ao país, as conquistas e as derrotas destes quatro anos.



Eduardo Catroga
ex-ministro das Finanças

"Na primeira fase o Governo teve ímpeto reformista para alterar males estruturais. Mas na segunda metade revelou-se que a qualidade das medidas era fraca."



Augusto Mateus
ex-ministro da Economia

"O Governo mostrou desde o início algumas dificuldades em cumprir uma agenda que no essencial era correcta. Este défice é tanto mais visível quanto a agenda era boa."



Cardoso Rosas
politólogo da Universidade do Minho

"O Governo passou de uma visão reformista para planos de contingência de ataque a uma crise que foi lento a reconhecer e a combater."

Economistas, ex-ministros e politólogos são unânimes na divisão do mandato socialista em duas eras distintas. "O Governo começou com uma agenda que, no essencial, era correcta", avalia Augusto Mateus, ex-ministro da Economia de António Guterres. "Na primeira metade da legislatura foi bom ter havido um ímpeto reformador para alterar os males estruturais do país", concorda Eduardo Catroga, ex-ministro das Finanças de Cavaco Silva.

"Os males", recorda-se, eram as contas públicas em desordem - o défice orçamental de 6,1% do Produto Interno Bruto - um sistema educativo que não garantia recursos humanos suficientemente qualificados; um Estado demasiado grande, que engolia parte da riqueza do país com resultados que não satisfiziam a sociedade portuguesa. Era também o problema do desemprego, perante o qual Sócrates "criou uma armadilha em que caiu", defende Augusto Mateus, referindo-se à promessa de criar 150 mil postos de trabalho que constava dos cartazes de campanha.

Na primeira metade do jogo, a equipa de José Sócrates conseguiu marcar alguns pontos. "É justo dizer que houve áreas com resultados positivos, como a reforma da Segurança Social", defende José Reis, economista e professor catedrático na Universidade de Coimbra. Para ganhar sustentabilidade ao sistema, o Executivo associou o cálculo das pensões à evolução

da esperança média de vida - uma alteração que conduziu a uma redução significativa do valor das pensões futuras, mas que foi conseguida sem grandes custos políticos. "Houve um período de consolidação da vitória do PS", confirma Luís Queirós, especialista das sondagens políticas da Marktest, acrescentando que "os eleitores manifestaram grande confiança no PS, com a ideia de que a maioria podia ser repetida".

O caminho de consolidação orçamental feito nos primeiros dois anos de legislatura permitiu reduzir o défice para 2,6% do PIB - uma conquista que, para os economistas, ainda não arruma o problema das contas públicas, mas vale por ter "travado a subida das despesas", reconhece Augusto Mateus.

As medidas tomadas na área das energias renováveis também merecem uma nota positiva. "O enquadramento criado foi positivo, permitindo desenvolver o sector", afirma Eduardo Catroga. "O Governo investiu muito e com sucesso nas energias alternativas do país", corrobora o antigo Bastonário da Ordem dos Advogados José Miguel Judice. Também "o esforço de racionalização do Serviço Nacional de Saúde", "as medidas tecnológicas, o acesso à banda larga ou os novos equipamentos escolares" recebem um aplauso, diz, por seu turno, o politólogo João Cardoso Rosas.

As provas em que Sócrates chumbou

A partir do segundo ano de legislatura, o Governo socialista começa a deixar dúvidas. "Com a chegada da crise, utilizou recursos escassos em empresas e actividades sem futuro, em vez de ajudar o país a ganhar competitividade", critica Augusto Mateus. "A segunda fase baseou-se em planos de contingência para atacar a crise que o Governo foi lento a reconhecer e a combater", acrescenta Cardoso Rosas.

Em primeiro semestre de 2008, com os preços dos combustíveis em máximos históricos, que Sócrates permitiu que a fúria dos camionistas paralisasse o país. "As políticas públicas não devem variar consoante os decibéis dos pedidos", su-

blinha Augusto Mateus, para quem este Governo pecou pela falta de uma política de promoção da competitividade. Um problema que se vai arrastar nos próximos anos.

E a crise veio colocar a nu todas as fraquezas. A diversificação de mercados de exportação não foi suficiente - a previsão é de uma queda de 11,7% das exportações para este ano -, a reconversão das empresas e a aposta em bens transaccionáveis também não. A consolidação orçamental transformou-se numa previsão de défice de 6,5% para este ano e a dívida pública deverá aproximar-se dos 80% do PIB.

Os monstros no armário do próximo Governo

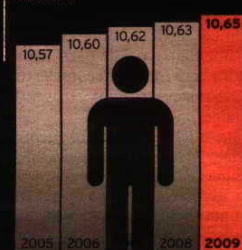
Para o próximo Executivo, seja de que cor for, não será preciso começar do zero, dizem os especialistas. Mas em algumas áreas o legado é pesado. "Sócrates deixa para o futuro uma má herança orçamental", aponta Catroga, que lembra ainda que a reforma da Administração Pública ficou pelo caminho, já que "não basta mudar as regras de recursos humanos", para tornar o Estado mais eficiente e menos caro.

"São precisas reformas mais sérias. Estas não foram acabadas. Fica de novo por emendar o problema na Educação", lembra Cardoso Rosas. Falta melhorar a Justiça, dizem economistas e politólogos, que continua "pouco eficaz e morosa". Falta resolver "o problema das assimetrias sociais", nota José Reis.

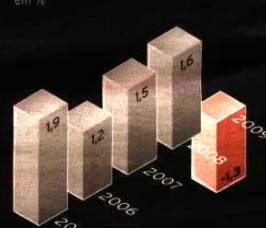
Será que amanhã, na hora de avaliar o Estado da Nação, os partidos vão já dar respostas a estes desafios? O ministro dos Assuntos Parlamentares disse ontem que o Governo enfrentará o debate do Estado da Nação sem as marcas da derrota nas eleições europeias e preparado para enfrentar com confiança as próximas legislativas. Ainda assim, a expectativa é baixa. "Não se espera nada de interessante, a julgar pelos últimos dias: O PSD a atribuir tudo o que está mal ao PS e o Governo a mostrar tudo o que fez e conseguiu, com dificuldade em reconhecer erros", remata Cardoso Rosas. ■

O LEGADO ECONÓMICO DO EXECUTIVO DE JOSÉ SÓCRATES

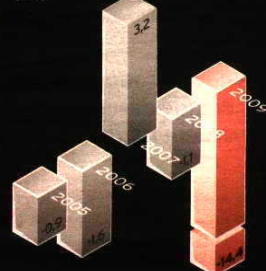
POPULAÇÃO TOTAL em milhões



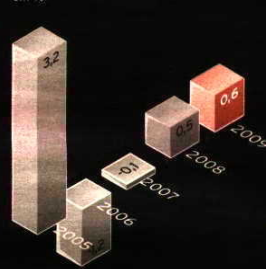
CONSUMO PRIVADO em %



INVESTIMENTO em %



CONSUMO PÚBLICO em %



DÍVIDA PÚBLICA em % do PIB



Fonte: INF, BOP e Comissão Europeia



ID: 25779296

02-07-2009

e motivos de saúde foram as razões alegadas pelo o antecessor de Teixeira dos Santos. Contudo, a persistência de Sócrates na construção do novo aeroporto da Ota e do TGV ainda nesta legislatura, apesar da crise financeira, terão estado na base da saída.



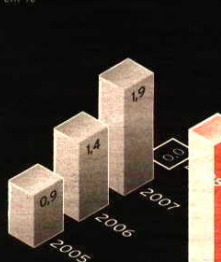
2006 SETEMBRO
Pacto de Justiça
O acordo para a Justiça foi assinado entre PS, o PSD e o Governo, em Setembro de 2006, e previa um entendimento alargado nesta área.

2007 FEVEREIRO
Portugal a favor do aborto
O "sim" ao aborto até às dez semanas teve uma vitória clara no referendo que se realizou no país. Embora não vinculativo, o primeiro-ministro, José Sócrates, e o líder do PSD, Marques Mendes, declararam que o seu resultado deve ser respeitado e a lei foi alterada.

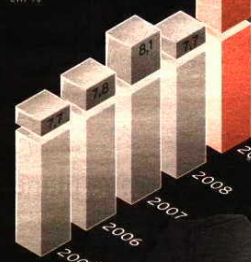
OUTUBRO
Governo consegue o menor défice
O Executivo conservou o avanço conquistado na redução do défice. No PEC estava planeado um défice de 3,7%. Em Março, o Governo colocou a meta em 3,3%. Na proposta do OE Sócrates garantiu chegar aos 3% do PIB.

As contas públicas foram a grande batalha travada pelo Governo, que fez os possíveis para reduzir o défice orçamental para menos de 3% do PIB - o limite imposto por Bruxelas. A consolidação foi, porém, interrompida pela recessão. O desemprego foi o indicador mais afectado na legislatura.

CRESCIMENTO
em %



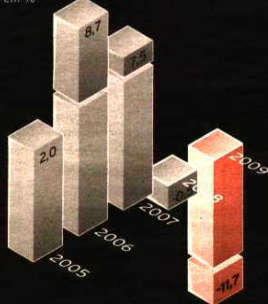
DESEMPREGO
em %



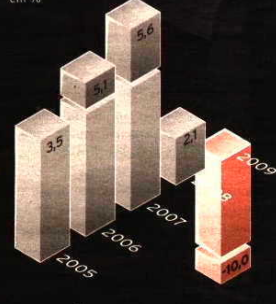
CONFIANÇA DOS CONSUMIDORES
em pontos



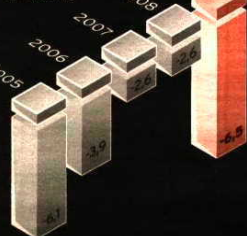
EXPORTAÇÕES
em %



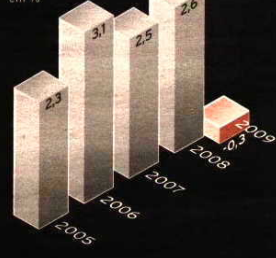
IMPORTAÇÕES
em %



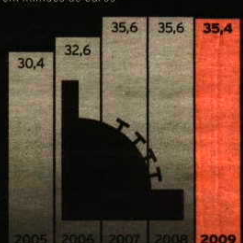
SALDO ORÇAMENTAL
em % do PIB



INFLAÇÃO
em %



RECEITAS FISCAIS
em milhões de euros



CRÉDITO MALPARADO
em % do total do crédito a particulares



Governo já tem acordo para compra da Cossec

Ministro recusou-se a revelar o preço que o Estado vai pagar ao BPI e à Euler-Hermes.

Pedro Romano
pedro.romano@economico.pt

A principal empresa de seguros de crédito à exportação, a Cossec, pode estar prestes a entrar na órbita do Estado. A garantia foi dada ontem na Assembleia da República pelo próprio ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, que revelou que os franceses da Euler-Hermes - detentores de 50% do capital - já terão aceite vender a sua parte. Um negócio cujo valor final, contudo, o ministro recusou revelar.

E não foi por falta de pedidos por parte da oposição. O deputado Francisco Louçã, do Bloco de Esquerda, chegou a repetir duas vezes a questão, já depois de Diogo Feio, do CDS-PP, ter referido o assunto - sem qualquer resposta do ministro. O bloquista revelou até que os lucros da empresa em 2008 não terão ultrapassado os 75 mil euros. "Esperamos agora que o preço final reflita estes números, e que não estejamos a falar dos 30 a 40 milhões propalados", disse.

De resto, todo o pacote anti-crise esteve na linha de fogo da oposição. O PCP estranhou que o peso do plano seja de apenas 1,2% do PIB, "menos do que a média da zona euro", conforme disse Honório Novo. E o PSD acrescentou que, custando as medidas tão pouco, não seria de esperar que o peso da despesa aumentasse tanto em 2009, valendo 49,5% do PIB.

As minudências da contabilidade nacional proporcionaram, aliás, uma troca de galhardetes entre Miguel Frasquilho, deputado do PSD, e Teixeira dos Santos, com o primeiro a acusar o Governo de estar a subavaliar a despesa e a receita com uma alteração metodológica no cálculo das despesas com pessoal. "Por que é que o INE e o Eurostat não foram consultados para validar esta mudança?", perguntou o social-democrata.

A pergunta não teve resposta mas Teixeira dos Santos aproveitou para defender a qualidade da consolidação orçamental feita desde 2005. E aproveitou para reafirmar as declarações que proferiu na segunda-feira, segundo as quais o pior da crise já terá passado. Uma posição que suscitou comentários irónicos nas bancas da oposição. ■



07 DEZEMBRO

DEZEMBRO

Fecho das urgências acelera saída de Correia de Campos

Apesar do ministro da Saúde garantir que o fecho das urgências em Anadia e Alijó ia ser bom para as pessoas, foram milhares os que se manifestaram em Anadia contra o encerramento das urgências. Cerca de duas centenas fizeram o mesmo em Alijó, em protesto contra o fecho do SAP durante a noite. O desgaste que estes episódios tiveram acabou por resultar na substituição de Correia de Campos por Ana Jorge.



MARÇO

Manifestação dos Professores

Numa marcha de protesto contra o Governo, 100 mil professores saíram à rua. A ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, manteve-se inamovível nos seus objectivos. O programa da avaliação tem de estar concluído até ao final de 2009, na revisão do estatuto foi recentemente assinado um acordo com os sindicatos.

JUNHO

Camionistas páram o País

O bloqueio organizado pelos camionistas bloqueou Portugal numa decisão que foi tomada por centenas de pequenos e médios transportadores, que exigiam compensações do Governo face ao aumento dos combustíveis.

As vitórias e fracassos de Sócrates

Segurança Social é a reforma mais aplaudida. Saúde e Justiça são os grandes falhanços da governação.

Márcia Galrão e Margarida Peixoto
marcia.galrao@economico.pt

Com um programa ambicioso de reformas para o país, o Governo chega ao fim do mandato com muitas vitórias – embora algumas incompletas –, mas também com falhanços. A reforma da Segurança Social é apontada como o grande sucesso alcançado por Sócrates, ao permitir garantir a sustentabilidade do sistema por mais anos, através da introdução da esperança média de vida no cálculo das pensões, mas é criticada pelo seu elevado custo para os futuros reformados. Nesta área social, a revisão do Código Laboral instalou a polémica e trouxe as manifestações para a rua. Os mais críticos acusaram o Governo de ser pouco ambicioso e ter ficado aquém do que seria desejável.

O equilíbrio das contas públicas, com a consolidação orçamental, foi uma das principais batalhas e alguns especialistas reconhecem que permitiu a Portugal reagir melhor à crise, embora outros, como Eduardo Catroga, defendam que foi insuficiente.

Se na Educação, Sócrates conseguiu resistir à contestação levantada pela avaliação dos professores e levar a cabo várias reformas, desde a aposta nas qualificações à modernização tecnológica, passando pela maior estabilidade dos concursos, na Saúde, acabou por ter que ceder à rua e suspender, por exemplo, o encerramento de serviços de urgência. Também na Justiça, as reformas mostraram-se insuficientes para tornar o sistema eficaz. Na Economia, a crise foi o grande adversário. Se, no início, Manuel Pinho chegou a decretar o seu fim, acabou o mandato a apagar fogos pelo país, tentando evitar o encerramento de muitas empresas para conter o aumento do desemprego. ■

A crise foi o maior adversário das reformas, obrigando a algumas travagens.

1. MINISTÉRIO DO TRABALHO

O Ministério das reformas estruturais

O ministério liderado por Vieira da Silva "respondeu à necessidade de reformas estruturais em áreas críticas", explica o Ministério do Trabalho. Realizando o prometido no programa, o Governo avançou com a reforma das Relações Laborais (incluindo a revisão do Código do Trabalho e dos regimes contributivos), que, apesar de realizada num quadro de concertação social, não se livrou de críticas. O mesmo tinha acontecido antes, com a reforma da Segurança Social, que, ainda assim, também recebeu elogios de organismos internacionais. E diz o Ministério que "garantiu o reforço da sustentabilidade" permitindo também a criação de novas prestações familiares e sociais, tendo, porém, um custo elevado para os futuros reformados. Com o intuito de impulsionar a qualificação dos portugueses, o Governo apresentou a iniciativa Novas Oportunidades e, num esforço de integração social, desenvolveu em pleno o programa PARES. **C.O.S.**

2. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Avaliação dos professores causou a maior contestação

A revisão da carreira docente e o processo de avaliação dos professores foram duas peças de uma mesma reforma que transformou Maria de Lurdes Rodrigues numa das ministras mais contestadas deste Governo. Um novo modelo de gestão das escolas, novas regras para os professores, mas também a criação da escola a tempo inteiro e a introdução do inglês no 1º ciclo, foram outras das peças desta verdadeira revolução do sistema educativo. De fora, ficaram os programas curriculares, que não foram alterados. A extensão da escolaridade obrigatória aos 18 anos também ficou pelo caminho. Fecharam-se escolas, aumentou-se a oferta de cursos profissionais no ensino secundário e triplicou-se o número de bolsiros. Houve também um programa de modernização dos edifícios das escolas e a distribuição do computador Magalhães aos estudantes do 1º ciclo. Mas a principal meta de reduzir o abandono escolar e melhorar os resultados escolares anda está por saber se foi, verdadeiramente, atingida. **M.Q.**

3. MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Crise estraga planos de consolidação

A crise económica e financeira deitou por terra os esforços encetados pelo executivo de José Sócrates no sentido de consolidar as contas públicas. Com um legado de 6,1% de défice, conseguiu chegar aos 2,6% em 2007 e 2008. Este número foi alcançado, em grande parte, à custa dos funcionários públicos, designadamente pelo congelamento das progressões na carreira e pela perda de direitos profissionais. O sistema da Segurança Social, que registou excedentes consideráveis, também deu um contributo importante, graças ao aumento da eficácia no combate à fraude e evasão fiscais e do cumprimento voluntário, que se verificou igualmente do lado fiscal. No entanto, o ritmo de consolidação abrandou em 2008 e o défice só ficou abaixo dos 3% exigidos por Bruxelas devido às receitas extraordinárias, que representaram 1,1% do Produto Interno Bruto. No âmbito fiscal, foi também conseguida a desmaterialização do cumprimento das obrigações fiscais. Um dos maiores problemas continua a ser a morosidade e falta de especialização dos juizes nos tribunais administrativos fiscais. **P.C.S., M.P., L.R.P.**

5. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

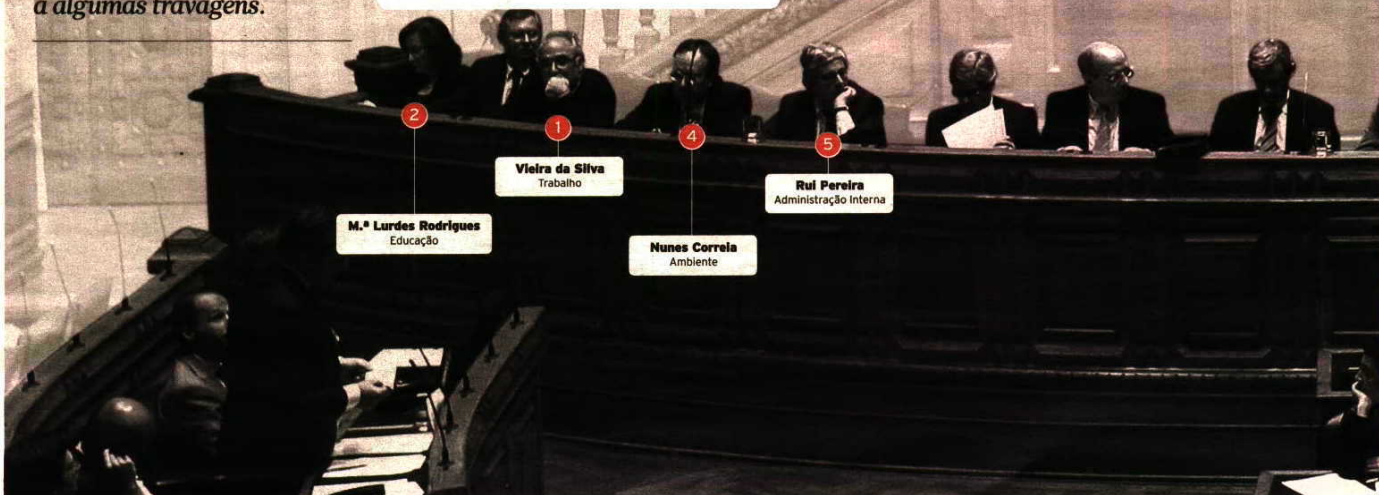
Reformas profundas na segurança

Tutelado primeiro por António Costa e depois por Rui Pereira, o Ministério da Administração Interna levou a cabo algumas reformas de fundo na área da segurança. O gabinete fez a sua auto-avaliação ao Diário Económico, realçando sete marcas essenciais: a reforma de segurança interna; a Lei das Armas, que prevê, por exemplo, o crime de tráfico de pessoas colectivas; a Lei de Programação das Forças de Segurança, "que contempla o reforço do investimento em instalações, veículos, armas, meios informáticos e de comunicação até 2012"; a Reforma do Sistema de Protecção Civil; a criação da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, que levou à diminuição da sinistralidade; a criação do SiSone4ALL, que permitiu o alargamento do Espaço Schengen a nove Estados; e o reforço do policiamento de proximidade e da segurança comunitária com os primeiros contratos locais de segurança. Com grande parte do programa de Governo concluído, faltou, por exemplo, concretizar a transferência de funcionários do sistema administrativo para o terreno, substituindo-os por supranumerários da administração pública. **M.G.**

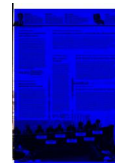
4. MINISTÉRIO DO AMBIENTE

Balanço muito desigual

Na área do ambiente, o ministério destacou "a Lei da Água, o Regime Geral da Gestão de Resíduos e a criação do Mercado Organizado de Resíduos, a iniciativa que visou a erradicação dos depósitos ilegais de sucata de veículos em fim de vida". Por resolver fica a questão da co-incineração, cujos avanços e recuos se devem às batalhas judiciais. A chamada "Lei dos Poços" também foi concluída, apesar de ter gerado alguma confusão nos proprietários. No que toca ao ordenamento do território, o ministério realçou o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, "o incremento de uma nova e mais ambiciosa política de cidades, de habitação e de reabilitação urbana". Na área da habitação, o balanço é pior: o regime de arrendamento social e a bolsa de arrendamento ficaram pelo caminho e as políticas de reabilitação estão atrasadas. Um dos principais feitos - o Porta 65 - ficou marcado por recuos e ainda é muito contestado. **P.C.S.**



1. Vieira da Silva Trabalho
2. M.ª Lurdes Rodrigues Educação
3. Rui Pereira Administração Interna
4. Nunes Correia Ambiente
5. Rui Pereira Administração Interna



NOVEMBRO
Nacionalização do BPN
Em Conselho de Ministros extraordinário, Teixeira dos Santos anunciou que o Estado ia nacionalizar o BPN então liderado por Oliveira Costa. Hoje, a oposição quer que a decisão de reprivatização seja discutida na Assembleia.

DEZEMBRO
Estatuto dos Açores
O braço-de-ferro entre Cavaco Silva e José Sócrates marcou o final do ano de 2008, com o estatuto político-administrativo dos Açores a ser aprovado por maioria de 2/3 dos deputados, apesar do veto presidencial.

JANEIRO
Processo Freeport
No início do ano reacendeu-se o caso que investiga o processo de licenciamento do Freeport, de Alcochete devido a suspeitas que envolvem José Sócrates, ministro do Ambiente na altura em que o projecto foi aprovado.



MARÇO
O "bug" do Magalhães
O deputado José Paulo Carvalho, descobriu na bandeira do Governo para a educação, os Magalhães, vários erros de gramática que provocaram um rol de críticas pela oposição.

6. MINISTÉRIO ECONOMIA

Exportações e investimento não resistem à crise

O Investimento Directo Estrangeiro captado, em 2006, chegou a representar 9% do PIB, com projectos como a refinaria da Repsol em Sines, a fábrica do IKEA e a Pescanova. Agora toda a rubrica do investimento está em terreno negativo, devendo, este ano, registar uma contracção de 14,4%. Com a diplomacia económica bem oleada e um esforço claro de diversificação dos mercados de exportação, Portugal chegou a crescer 1,9%, em 2007, mas o rebrantar da crise do 'subprime' acabou por gorar os esforços encetados e as preocupações do ministro Manuel Pinho passaram a ser segurar os investimentos existentes - Olmonda, Aerosoles, Vista Alegre e Bordoal Pinheiro, são os casos mais espinhosos - e ajudar os empresários a exportar. Nasceram assim várias linhas de crédito para as PME e para os seguros de crédito à exportação (que culminaram na nacionalização da COSEC), as ajudas dedicadas a sectores económicos, como o automóvel, e o acesso às verbas comunitárias foram facilitados. Mas o grande marco terá sido mesmo a aposta nas energias renováveis que colocou Portugal na vanguarda. O legado é uma economia debilitada. **M.S.**

-14,4% Previsão da contracção do investimento este ano, com um necessário reflexo negativo no emprego.

8. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Menos processos pendentes nos tribunais

A Justiça tem sido uma das pastas mais contestadas deste Governo e, apesar de ter posto em prática quase tudo aquilo a que se tinha proposto no programa, é uma das áreas onde os portugueses ainda apontam mais problemas, pedindo mais resultados. Questionado pelo Diário Económico sobre o balanço desta legislatura, o gabinete de Alberto Costa destaca "a diminuição das pendências e o aumento da taxa de resolução dos tribunais, a simplificação e a desmaterialização processual, a Reforma do Mapa Judiciário e a Reforma Penal", como os pontos mais importantes destes quatro anos de governação. Quanto ao que fica por concluir, o ministro prefere apontar as propostas que a tutela enviou recentemente para a Assembleia da República que, de acordo com o gabinete de Alberto Costa, "permitem praticamente cumprir a totalidade do programa". Apesar do balanço interno ser positivo, aos olhos dos cidadãos, a Justiça portuguesa é ainda demasiado lenta, pouco eficaz e demasiado burocrática, tal como tem sido apontado nas estatísticas. **S.R.**

7. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E ENSINO SUPERIOR

Abrir universidades ao exterior num quadro de subfinanciamento

Abrir as universidades ao exterior, modernizar a gestão, rever os graus académicos e revolucionar o modelo de ensino para que as universidades portuguesas possam vencer no novo espaço europeu de ensino superior, eram os objectivos do Governo. Um caderno de encargos ambicioso, lançado num período de cortes orçamentais que levaram quatro universidades a declarar falência. Uma grave situação financeira denunciada pelos reitores que o ministro desmente categoricamente. A revisão da Carreira Docente Universitária, que está a causar a contestação dos sindicatos, era a peça que faltava para que Mariano Gago pudesse dizer que cumpriu todos os pontos do programa governamental. Na Ciência, as parcerias internacionais como o MIT Portugal foram a jóia da coroa. Esta área, apontada como a "menina dos olhos" de Mariano Gago, é o sector em que o ministro registou mais glórias. O crescimento da despesa em Investigação e Desenvolvimento (I&D), foi assegurado, fundamentalmente, pelo investimento privado que quase que duplicou esta legislatura. **M.Q.**

9. MINISTÉRIO DA SAÚDE

Mais cuidados de saúde

Dezassete meses depois de ter assumido a pasta da Saúde, Ana Jorge, fez ontem no Parlamento um balanço positivo do seu mandato. E com a portaria que determina a possibilidade de venda em unidose dos medicamentos, considera mesmo que cumpriu as metas a que se propôs. A reforma dos Cuidados de Saúde Primários, cada vez mais próxima "do objectivo traçado para 2009: 250 unidades". A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados. E as medidas em matéria da política do medicamento, como por exemplo o aumento da comparticipação dos genéricos para pensionistas de baixo rendimento ou a redução do preço global dos fármacos. São os três pilares da legislatura. A oposição tem opinião diferente. Diz faltar informação viável sobre a redução dos tempos de espera para cirúrgica. Fala da ausência de um plano nacional em matéria de oncologia. Garante que há unidades de Saúde Familiar, como a de Bragança, que foram inauguradas sem condições de funcionamento. Na gaveta fica também a alteração à repartição dos lucros nos medicamentos. **A.L.M.**

6% Em 2006 e 2007, houve duas reduções do preço dos medicamentos em 6%.

10. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

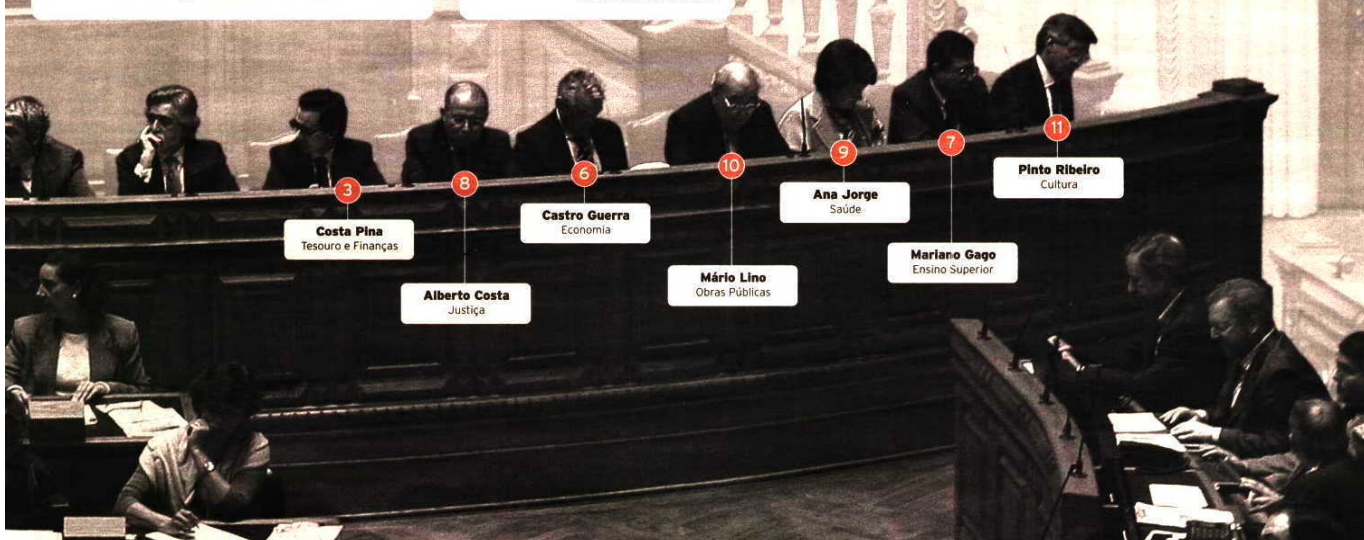
Obras Públicas foi das pastas mais polémicas

Foi um dos ministérios mais polémicos - o "deserto" de Mário Lino, a mudança de localização do aeroporto, os erros do Magalhães, a oposição do PSD à grandes obras depois de estalar a crise -, mas foi também um dos que mais fez. Destaca-se a conclusão do Eixo Norte-Sul e da CRIL (será em Setembro); o lançamento e adjudicação de sete concessões rodoviárias; a Televisão Digital Terrestre, as Redes de Nova Geração e a entrega de 900 mil computadores com acesso à Internet nas escolas. Mas há mais: a recuperação do Túnel do Rossio; os 700 milhões de euros em portos; a abertura da estação do Terreiro do Paço e Santa Apolónia, do metro de Lisboa; o arranque do metro Sul do Tejo; a renovação das frotas da Carris e da STCP ou as obras de alargamento da Portela. Pelo caminho ficam o TGV e o aeroporto - as duas grandes bandeiras do Governo - e muitas críticas da oposição e das empresas. "O grande problema em Portugal é que as obras públicas são excessivamente partidarizadas", criticou Pedro Gonçalves, líder da Soares da Costa. **A.B.**

11. MINISTÉRIO DA CULTURA

Cultura foi o erro assumido por Sócrates

Assumido por Sócrates como o principal falhanço deste mandato, a Cultura foi uma área praticamente esquecida nesta legislatura. Ainda assim, foram feitas algumas conquistas. O Ministério de José Pinto Ribeiro destaca como uma das principais "o rigor da execução orçamental, que se traduziu num real crescimento das verbas públicas gastas em Cultura (+8% de 2007 para 2008), bem como o crescimento das verbas e, sobretudo da acção do Ministério através de parcerias e de redes com entidades públicas, privadas e empresas". De entre os projectos e várias reformas lançadas, o destaque vai para o programa Cheque-Obras - um protocolo com empresas de construção civil e obras públicas, que obriga a que 1% do preço das adjudicações reverta para projectos de recuperação de património classificado - e para o Programa INOV ART - que "permitiu assegurar já a cerca de 250 jovens de todas as áreas da cultura, estágios profissionalizantes". O Ministério reconhece que ficou por fazer a redução do IVA para 5% nos produtos culturais, bem como a Revisão da Lei do Mecenato, previstas no programa de Governo. **M.G.**



Costa Pina
Tesouro e Finanças

Castro Guerra
Economia

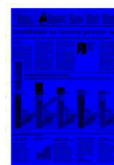
Ana Jorge
Saúde

Pinto Ribeiro
Cultura

Mariano Gago
Ensino Superior

Mário Lino
Obras Públicas

Alberto Costa
Justiça



<p>MAIO Desemprego em alta A taxa de desemprego em Portugal subiu para 7,5%. O grupo dos 15 manteve-se estável nos 7,2% e a UE dos 27 subiu para 6,8%. Portugal tem o terceiro valor mais alto da UE.</p>	<p>TRATADO DE LISBOA</p>	<p>JULHO Tratado de Lisboa em "stand by" Apesar da República Checa, Polónia e Irlanda ainda mostrarem reticências ao diploma, o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, diz estar confiante na sua ratificação por altura do Outono.</p>	<p>JULHO Segurança Social muda Vieira da Silva reformou toda a lei de bases da Segurança Social, alterou o subsídio de desemprego e a lei laboral, a que se seguirá o Código Contributivo.</p>	<p>JUNHO Sócrates perde europeias O PS foi o grande derrotado no primeiro dos três actos eleitorais do ano de 2009, ao perder sete eurodeputados no mês passado.</p>	<p>JUNHO Obras públicas adiadas Mário Lino, afirmou esta semana que vai ser muito difícil lançar o concurso do novo aeroporto antes das legislativas. Também o TGV é um projecto cujo futuro é incerto.</p>
---	--------------------------	--	--	--	---

Estabilidade no Governo procura-se

Bloco Central é o único cenário estável, mas Ferreira Leite e Sócrates são equação impossível.

Márcia Galvão
marcia.galvao@economico.pt

Com a hipótese de uma maioria absoluta de PS ou PSD praticamente descartada, a governação do país após as eleições de 27 de Setembro começa a tornar-se um problema difícil de resolver. O tema promete tomar conta da agenda política durante a campanha e o partido que conseguir apresentar ao país a melhor solução pode partir em clara vantagem. A última sondagem da

Marktest para o Diário Económico e TSF mostra um eleitorado cada vez mais dividido entre os dois partidos do Bloco Central, que juntos atingem já os 70,3%. Neste cenário, conseguir encontrar um Governo estável que não seja formado por PS e PSD em conjunto parece uma equação impossível de resolver.

E se dúvidas houvessem de que de que Ferreira Leite e Sócrates são duas figuras totalmente incompatíveis, os episódios dos últimos dias vêm confirmar totalmente essa tese. A líder do PSD já prometeu "rasgar e romper com todas as opções que o PS tomou" e não tem perdido uma única oportu-

nidade para atacar o Executivo, desde o processo de compra da TVI pela PT às suspeitas sobre a Fundação para as Comunicações Móveis.

O PS começou a semana a atacar e a desfiar um rol de acusações aos social-democratas, usando como arma de arremesso processos duvidosos da gestão de Ferreira Leite à frente da pasta das Finanças. A atribuição de culpas à líder laranja da venda da rede fixa à PT por um preço alegadamente de saldo surgiu na praça pela boca de Henrique Granadeiro, presidente do conselho de administração da empresa, e serviu de mote para o PS virar o jogo e passar por



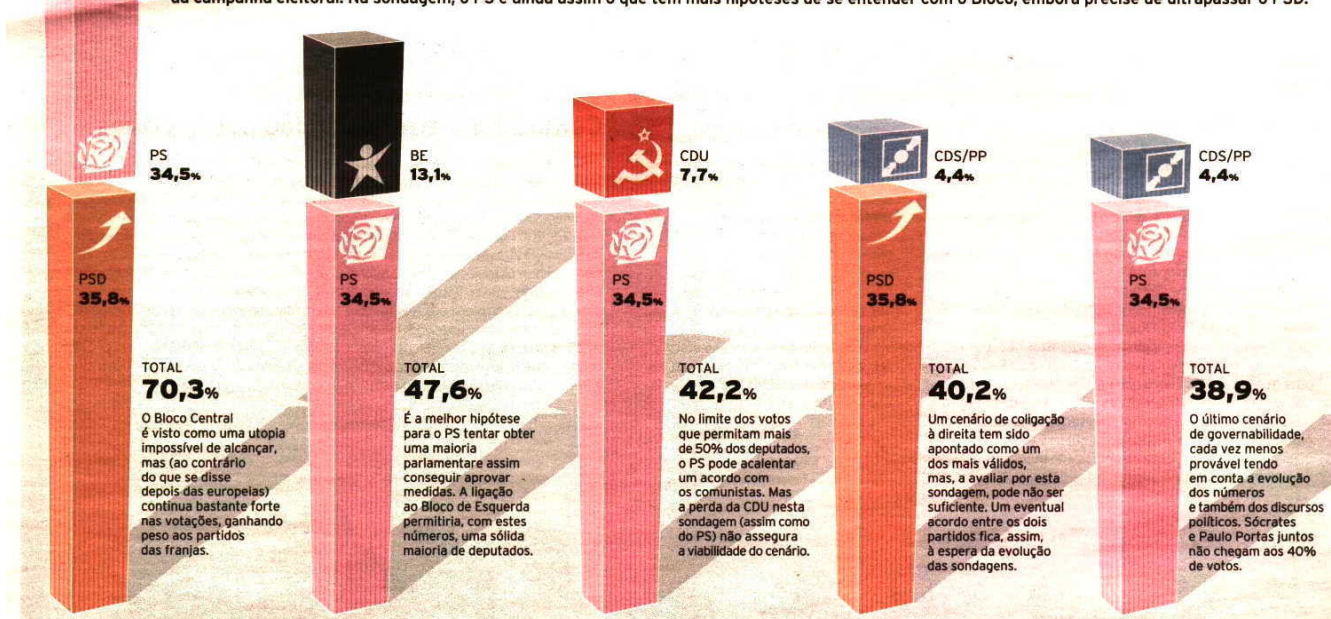
"Vamos rasgar e romper com todas as opções tomadas pelo PS", garantiu recentemente Manuela Ferreira Leite.

cima de uma semana em que tudo lhe correu mal. Sócrates teve mesmo que usar o poder da 'golden share' que o Estado tem na PT para garantir que o negócio da TVI não se concretizava, evitando ser acusado de pressões a um meio de comunicação, depois do próprio Presidente da República ter vindo pedir esclarecimentos públicos sobre o processo.

O desafio será agora: quem se entende com quem? Em minoria, chegará ao PSD coligar-se com o CDS para formar Governo ou conseguirá o PS vencer as eleições e convencer o BE ou o PCP a dar pelo menos um apoio parlamentar para questões essenciais? ■

ENTENDIMENTOS DIFÍCEIS DE ALCANÇAR

Com o Bloco Central como única maioria estável a três meses de eleições legislativas, a governabilidade do país promete ser o tema dominante da campanha eleitoral. Na sondagem, o PS é ainda assim o que tem mais hipóteses de se entender com o Bloco, embora precise de ultrapassar o PSD.



Fonte: Marktest - Barómetro Político, Junho 2009

Infografia: Marta Carvalho | marta.carvalho@economico.pt

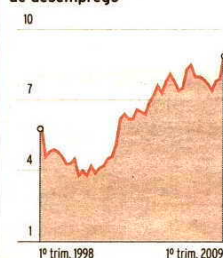
DESAFIOS PARA A PRÓXIMA LEGISLATURA

-6,5%

Reduzir o défice

Apesar das conquistas conseguidas até meio da legislatura, a crise veio complicar as contas do Governo. De uma redução recorde do défice, Sócrates chegou ao fim da legislatura com uma previsão de acabar pior do que começou: 6,5% de défice. Consolidar as contas públicas continua a ser um grande desafio para o futuro.

Evolução trimestral da taxa de desemprego



Fonte: INE

495,8 mil

Desempregados

Resolver o problema da falta de emprego será uma das principais missões do próximo Executivo. As previsões internacionais não auguram facilidades. Tanto o FMI, a OCDE como a Comissão Europeia esperam que a taxa de desemprego atinja os dois dígitos, por isso, nas campanhas eleitorais sugere-se cautela na hora de fazer promessas. "O Governo já não pode criar emprego", lembra Catroga.

Reformar o Estado

A regra 'dois por um', que estipula a entrada de apenas um novo funcionário público por cada duas saídas foi implementada - reduzindo os efectivos para 696 mil - mas não chega. A despesa continua elevada e ainda falta tornar a Administração Pública mais ágil e eficaz, de modo a responder melhor às expectativas dos cidadãos.

696 mil

200 mil

Educação

A avaliação dos professores foi das reformas mais contestadas da legislatura, trazendo para a rua 200 mil manifestantes. Apesar das conquistas no sector - como inglês na primária ou os concursos plurianuais de professores - está ainda muito por fazer. O desafio será, uma vez mais, o modelo de avaliação que a oposição quer alterar.



Estado da Nação avalia quatro anos de Sócrates

As vitórias e os falhanços. = P4 A 8



EDITORIAL

O estado da Nação

O debate do Estado da Nação que hoje terá lugar no Parlamento será, acima de tudo, um julgamento do trabalho de legislatura do actual Governo. A equipa de José Sócrates, que começou a trabalhar em Março de 2005, encontrou o País num estado pouco recomendável. Durante três anos e meio, o défice orçamental foi controlado, a riqueza nacional acelerou, tal como as exportações, que cresceram a um ritmo a que o País já não estava habituado. Também o investimento aumentou, assim como o emprego. Os dados estavam lançados para que o Governo pudesse completar a legislatura com um bom aproveitamento no exame final e nem mesmo a crise internacional do 'subprime' parecia suficiente para travar o ímpeto ganhador da equipa governamental. Foi então que, a 15 de Setembro de 2008, surgiu a falência da Lehman Brothers, nos Estados Unidos, e tudo se precipitou. As instituições mundiais estiveram à beira do colapso. A crise financeira avançou pelo mundo e, rapidamente, se transformou em crise económica, tornando evidentes as fragilidades estruturais que o País ainda não resolveu. Portugal não podia escapar incólume à maior recessão económica global desde 1929 e, ainda que com algum desfasamento, começou a sentir os seus efeitos nefastos. A nacionalização do BPN e a intervenção no BPP marcaram os últimos meses de 2008. Ao mesmo tempo, as exportações começaram a cair, pelo efeito da crise nos nossos parceiros comerciais, o investimento retraiu-se, por força do clima de incerteza, e muitas empresas começaram a anunciar despedimentos e falências, com o desemprego a disparar para níveis impensáveis. A imprevisibilidade fez cair por terra as esperanças num Portugal melhor no final da legislatura e vai marcar o debate do Estado da Nação.



ID: 25776473

02-07-2009

BANCA

Dias Loureiro é o novo arguido na investigação ao BPN

Ex-conselheiro de Estado garante: “não cometi nenhuma irregularidade”



Pedro Aperta

Medida de coacção | Como arguido, Dias Loureiro fica automaticamente com termo de identidade e residência. Não foi fixada outra medida de coacção.

MARIA JOÃO GAGO
FILOMENA LANÇA

Em menos de dois meses, Manuel Dias Loureiro, antigo administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), passou de conselheiro de Estado a arguido da investigação às irregularidades cometidas no Banco Português de Negócios (BPN) durante a liderança de José de Oliveira Costa. Dias Loureiro confirmou ontem a informação, avançada ao início da tarde pelo “Sol”, de que estava a ser ouvido no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) com o estatuto de arguido, mas garantiu que “nunca cometeu nenhuma irregularidade”.

Na mira da investigação do DCIAP estão os negócios de venda da empresa marroquina Redal e a compra da tecnológica porto-riquenha Biometrics. “Só hoje percebo alguns contornos do negócio, perante os elementos que me foram apresentados. Vou defender que não cometi nenhuma ilegalidade”, afirmou, ontem, ao início da noite, à saída das instalações onde prestou declarações de manhã e regressou à tarde para confirmar o depoimento.

Como todos os arguidos, o antigo conselheiro de Estado fica sujeito a termo de identidade e residência, o que o obriga a comunicar às autoridades deslocações ao estrangeiro. Mas segundo garantiu Dias Loureiro, não lhe foi imposta qualquer outra medida de coacção.

A pressão sobre o antigo admi-

nistrador da SLN intensificou-se nos últimos meses, à medida que vários depoentes da comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do BPN foram fazendo declarações contraditórias com as afirmações que Dias Loureiro fez no Parlamento em Janeiro. Contradições que resultaram numa segunda audição, no início de Janeiro.

Há pouco mais de um mês, o advogado insistiu que apenas participou no início e no desfecho do negócio de Porto Rico. E manteve a sua versão sobre a reunião tida em 2001 com o então vice-governador do Banco de Portugal. Dias Loureiro reafirmou que pediu a António Marta para ter atenção à gestão do BPN, mas o responsável do BdP disse que o gestor tinha pedido para o supervisor aliviar a pressão.

Esta versão foi confirmada por Oliveira Costa no final de Maio, quando o antigo líder do BPN e da SLN foi à comissão de inquérito. O antigo banqueiro acusou o seu antigo gestor de lhe querer roubar o lugar e de nunca ter perguntado pelas perdas do negócio de Porto Rico. “A colaboração do Dr. Dias Loureiro na SLN acabou como começou. A criar problemas, negando sempre que estivesse envolvido na sua génese”, foram algumas das palavras críticas do então único arguido. No dia seguinte, Dias Loureiro renunciou ao Conselho de Estado e pediu para ser ouvido pelo Ministério Público. Ontem, soube-se que é arguido no processo.

DITO NO PARLAMENTO

O negócio de Marrocos exigia a autorização do Governo. El-Assir tentou ajudar, com os seus contactos.

El-Assir conhecia muito bem as pessoas de Marrocos. Apresentou-nos pessoas relevantes.

A certeza absolutíssima que tenho é que o dinheiro que a SLN pagou foi para os sócios da Biometrics.

Foram muitas reuniões. Numa destas reuniões, em Madrid, ele [El-Assir] pediu-me um favor.

MANUEL DIAS LOUREIRO

Ex-administrador da SLN

NEGÓCIOS SOB INVESTIGAÇÃO

Venda da Redal em Marrocos levou SLN a Porto Rico

O DCIAP está a investigar o papel de Dias Loureiro na venda da Redal e na compra da porto-riquenha Biometrics. Duas operações que estão interligadas, uma vez que foi por causa do negócio de Marrocos que Dias Loureiro conheceu o libanês Abdul El-Assir, que propôs que a SLN comprasse a tecnológica de Porto Rico, de que era accionista. Como explicou o ex-conselheiro de Estado no inquérito ao BPN, quando, em 2001, SLN, EDP e a espanhola Dragados quiseram vender a Redal à Vivendi, um responsável espanhol apresentou El-Assir a Dias Loureiro. É que o libanês tinha bons contactos com altos responsáveis marroquinos. “Apresentou-nos pessoas relevantes”, confidenciou Dias Loureiro aos deputados em Janeiro, adiantando que foi graças a esses contactos que chegou a jantar em casa do primeiro-ministro de Marrocos. Da segunda vez que foi ao Parlamento, em Maio, o ex-gestor da SLN deixou até entender que El-Assir tinha um contrato de prestação de serviços com o grupo por causa do seu apoio no negócio da Redal. Vínculo depois confirmado por Oliveira Costa. Durante as reuniões sobre a venda da concessão marroquina, o libanês abordou Dias Loureiro sobre a Biometrics. “Pediu-me um favor”, que era pôr El-Assir em contacto com o BPN, para arranjar clientes na Europa, relatou o também antigo ministro de Cavaco Silva. O investimento da SLN na empresa porto-riquenha fez-se, mas devido a problemas tecnológicos da máquina bancária, o grupo português acabou por desistir da Biometrics, perdendo 38 milhões de dólares. Na comissão de inquérito foram levantadas suspeitas de que a SLN pagou subornos neste negócio, o que Dias Loureiro diz desconhecer. Alguns deputados têm dúvidas sobre o destino do dinheiro resultante da venda da Biometrics. Mas é certo que o Insular, banco que o BPN usou ilegalmente para esconder prejuízos, financiou o negócio.



CDS inclui reincidência de problemas prudenciais no relatório da comissão

Prazo para a oposição entregar propostas de alteração ao relatório do inquérito parlamentar ao BPN termina hoje ao meio-dia

MARIA JOÃO GAGO
mjgago@negocios.pt

O CDS-PP vai solicitar a inclusão das conclusões das inspeções que o Banco de Portugal (BdP) fez ao Banco Português de Negócios (BPN), entre 2001 e 2007, no relatório da comissão parlamentar de inquérito à nacionalização da instituição. Fonte do partido revelou ao Negócios que esta é apenas uma das várias alterações que os populares pretendem propor ao documento que está a ser elaborado pela deputada socialista Sofia Sanfona.

Este tema também deverá motivar pedidos de alteração por parte do PSD, PCP e Bloco de Esquerda, que na audição a Vítor Constâncio insistiram neste ponto. Toda a oposição questionou o governador do BdP sobre o facto de o supervisor não ter actuado mais cedo quando muitos dos problemas pru-

denciais detectados na inspeção realizada em 2001 se repetiam nas acções de 2005 e 2007.

Em causa estão problemas como a excessiva concentração de operações de crédito num pequeno número de clientes-accionistas, a excessiva realização de operações intragrupo e deficiências nos procedimentos de concessão de financiamentos, entre outros. Questões prudenciais que, segundo reafirmou Constâncio no Parlamento, o banco foi resolvendo e que não faziam suspeitar sobre os ilícitos que acabaram por ditar o colapso do BPN.

Para o Bloco de Esquerda, o relatório do inquérito à nacionalização do banco deve dar também uma ideia mais aprofundada sobre o modo de funcionamento do BPN, que permitiram a realização de práticas irregulares e ilegais. Além disso, segundo adiantou o deputado João Semedo ao **Negócios**, no início

da semana, é importante que o relatório dê mais informação sobre o negócio de Porto Rico. "A versão inicial tem o mínimo dos mínimos" sobre a compra da Biometrics, criticou, defendendo a necessidade de o documento espelhar as contradições suscitadas pelos vários depoentes sobre o desfecho deste negócio.

Sem entrar em pormenores sobre as suas propostas, Hugo Velosa adiantou há alguns dias que o PSD defende 40 a 50 alterações. Já o PCP tinha identificado a necessidade de fazer cerca de uma dezena de alterações só numa primeira análise.

O prazo para entrega de propostas a incluir na versão inicial do relatório termina hoje às 12 horas. As sugestões serão discutidas amanhã, numa reunião da comissão de inquérito. Só depois disso, a relatora deverá estar em condições de redigir as conclusões do inquérito.



Vítor Constâncio repetiu na comissão que o BPN foi resolvendo os problemas prudenciais.



Sónia Sanfona, a socialista que está a redigir o relatório recebe as propostas de alteração esta quinta-feira.

Para o governador, os problemas identificados entre 2001 e 2007 não faziam suspeitar das ilegalidades mais tarde descobertas.

A responsável pelo relatório do inquérito ao BPN só terá condições para redigir as conclusões após receber sugestões da oposição.



Dias Loureiro
é o novo arguido
da investigação
ao BPN **Empresas 10 e 11**



**FIGURA DO DIA****Dias Loureiro arguido**

■ A participação de Dias Loureiro na gestão do BPN, através da Sociedade Lusa de Negócios, continua a suscitar uma imensidão de dúvidas. O ex-conselheiro de Estado foi ouvido ontem, ao longo de várias horas, no Departamento de Investigação e Acção Penal, pelos magistrados titulares da investigação ao caso BPN. Em causa estará a venda da Redal, empresa concessionária de águas em Marrocos, e da Biometrics, em Porto Rico. Este último negócio foi, aliás, um dos pontos centrais da audição dos deputados nas duas vezes em que Dias Loureiro, que agora foi constituído arguido, foi ouvido na Assembleia da República, no âmbito da comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN. E foi precisamente em relação ao negócio da Biometrics que o ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios revelou mais contradições. ■



Caso BPN



AGORA É QUE SÃO ELAS?
LUÍS ANICETO

Depois de ter sido ouvido no Parlamento pela comissão de inquérito ao caso BPN, e de lhe terem sido apanhadas algumas contradições, Dias Loureiro, foi finalmente ouvido pela justiça portuguesa para poder dizer tudo o que sabe sobre a SLN

Dias Loureiro constituído como arguido no processo

Antigo conselheiro de Estado foi ontem ouvido todo o dia no DCIAP. À saída confirmou o que a PGR ainda não tinha esclarecido e junta-se a Oliveira Costa

POR: MARIA NOBRE
mnobre@meiahora.pt

É oficial: Dias Loureiro foi ontem constituído arguido no caso BPN, tornando-se, assim, no segundo com este estatuto no processo, depois de Oliveira Costa, antigo presidente da instituição bancária, que está mesmo em prisão preventiva.

O próprio Dias Loureiro confirmou o estatuto que lhe foi aplicado à saída do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), onde foi ouvido durante todo o dia de ontem. O antigo conselheiro de Estado especificou

que esteve presente nas instalações do departamento liderado por Cândida Almeida devido à compra, em 2001, da empresa Biometrics, em Porto

Ex-ministro de Cavaco Silva reafirmou a sua inocência

Rico, e ainda por causa da venda da Redal, concessionária de águas em Marrocos.

No entanto, Dias Loureiro voltou a afirmar que não cometeu “nenhuma irregularida-

de”, fazendo ainda questão de sublinhar que “só hoje [ontem] percebi alguns contornos do negócios da Biometrics”.

PGR. Todavia, o que foi confirmado pelo ex-ministro do PSD não mereceu grandes comentários por parte da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Através de comunicado, a PGR apenas confirmou a audição do ex-administrador do banco sem especificar em que condições. Assim, lia-se que “Dias Loureiro foi ouvido quando os magistrados titulares do processo entenderam

conveniente e oportuno”, acrescentando ainda que o ex-conselheiro de Estado “foi ouvido na qualidade que os mesmos magistrados decidiram.”

⚡ Pontos negros

Negócios da SLN levaram Dias Loureiro ao DCIAP

1 Compra da Biometrics em Porto Rico, no ano de 2001;

2 Venda da Redal, concessionária de águas em Marrocos.



Caso BPN

Dias Loureiro confirmado como arguido do processo

Portugal. 4»



Ex-Conselheiro de Estado ouvido na condição de arguido

Não cometi nenhuma irregularidade

Dias Loureiro confirmou que foi constituído arguido no âmbito de dois processos e que não cometeu nenhuma ilegalidade.

Dias Loureiro disse que foi ouvido como arguido no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) relativamente a dois negócios, o da Biometrics e o da Redal de Marrocos. “Pude esclarecer aquilo que pude esclarecer”, disse, após ter sido ouvido, no âmbito da investigação ao caso BPN. O antigo ministro e dirigente do PSD reiterou que “não cometeu nenhuma ilegalidade”. Dias Loureiro referiu que teve ontem a oportunidade de “dizer ao magistrado que só naquele dia per-

cebeu alguns contornos do negócio da Biometrics”.

“Só hoje (n.d.r. ontem) percebi alguns contornos do negócio da Biometrics que me passaram completamente ao lado”, declarou Dias Loureiro, revelando que durante a inquirição foi “confrontado com documentos que nunca tinha visto”. O também ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), que detinha o BPN, disse ainda que “aceita as coisas como elas são” e ter pela frente um “longo caminho”. Adiantou que vai defender a posição de que não cometeu “nenhuma irregularidade”.

Dias Loureiro tornou-se, assim, o segundo arguido no caso BPN, depois de o ex-presidente da instituição financeira, Oliveira e Costa, que se encontra em prisão preventiva há vários meses.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) já havia confirmado que o ex-conselheiro de Estado Manuel Dias

Loureiro “foi ouvido” pelos magistrados titulares do processo relativo ao caso BPN.

O processo relaciona-se, conforme confirmou Dias Loureiro, com a compra em 2001 da empresa Biometrics, em Porto Rico, estando em causa também a venda da Redal, concessionária de águas em Marrocos. Este processo está a ser investigado pelo DCIAP, chefiado pela procuradora-geral adjunta Cândida Almeida, que no início de Maio havia dito que o ex-conselheiro de Estado seria ouvido “o mais rapidamente possível”. Em finais de Maio, Dias Loureiro pediu ao Procurador-geral da República para ser ouvido no inquérito criminal ao caso BPN invocando o direito ao bom-nome. O Procurador remeteu a carta para o DCIAP e pediu que Dias Loureiro fosse ouvido “dentro das possibilidades permitidas pela investigação em curso”.



**Dias Loureiro
vai responder
no processo BPN**

ARGUIDO



PÁGINA 28

BPN Antigo conselheiro foi notificado para comparecer no DCIAP na semana passada

Dias Loureiro é arguido por suspeita de ilegalidades

Antigo conselheiro de Estado diz que viu ontem documentos relacionados com a Biometrics que lhe “passaram completamente ao lado”

Paula Torres de Carvalho e Ana Brito

Com base em indícios considerados suficientemente fortes para o tornar suspeito de ilegalidades em dois negócios do grupo da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) e do Banco Português de Negócios (BPN), o ex-conselheiro de Estado e ex-ministro de Cavaco Silva Manuel Dias Loureiro foi constituído arguido e ouvido nessa qualidade, ontem, pelos investigadores no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP).

O interrogatório foi dirigido por Rosário Teixeira, o procurador que lidera a *Operação Furacão*. Dias Loureiro foi confrontado com documentos que disse nunca ter visto e saiu sujeito a termo de identidade e residência, a medida de coação que se aplica automaticamente a todos os arguidos.

A notificação para comparecer no DCIAP na qualidade de arguido chegou às mãos de Dias Loureiro na semana passada, cerca de um mês e meio depois de ter tomado a iniciativa de pedir ao procurador-geral da República para ser ouvido, de forma a defender-se das acusações relativas à sua conduta que surgiram após declarações prestadas por Oliveira Costa no Parlamento no âmbito do processo do BPN. O PÚBLICO sabe, no entanto, que, com os elementos de que o DCIAP dispõe, o ex-conselheiro de Estado seria chamado na mesma, ainda que não tivesse a iniciativa de ser ouvido.

À saída das instalações do DCIAP em Lisboa, foi Dias Loureiro que confirmou ter sido ouvido como arguido. “Pude esclarecer aquilo que pude esclarecer”, disse aos jornalistas, adiantando que “só hoje [ontem] percebi alguns contornos do negócio da Biometrics que me passaram completamente ao lado” e que foi “confrontado com documentos que nunca tinha visto”. Dias Loureiro, em declarações citadas pela Lusa, disse ainda que “aceita as coisas como elas são” e reiterou a po-

sição de que não cometeu “nenhuma irregularidade”.

A notícia da condição de arguido de Dias Loureiro foi avançada ontem a meio da tarde pelo semanário *Sol*, que adiantava que em causa estaria, para além da participação no negócio da Biometrics, em Porto Rico, também a participação de Dias Loureiro no negócio da Redal, em Marrocos.

De Porto Rico a Marrocos

Em Porto Rico, o negócio em causa refere-se à compra da Biometrics em 2001. A aquisição desta empresa tecnológica, que gerou prejuízos de 40 milhões de euros que nunca foram reportados nas contas da SLN, tem sido descrita como um dos “casos” principais em todo o processo BPN.

Oliveira Costa acusou mesmo Dias Loureiro de ter empurrado o grupo para o negócio que tinha como vendedor o libanês El-Assir, amigo pessoal do ex-ministro, descrito na imprensa internacional como traficante de armas.

Nas duas audições na comissão de inquérito, Dias Loureiro apresentou versões distintas sobre a compra da Biometrics. Em Janeiro, garantiu ter sido apenas intermediário. Em Maio, já depois de terem vindo a público documentos assinados por si e que comprovam o seu papel na operação (na compra, assim como na anulação do negócio, em 2002), justificou as contradições como lapsos de memória. Na génese deste negócio, considerado de “alto risco” por peritos da própria SLN, terá estado uma outra operação: a venda da empresa de águas e saneamento Redal, em Marrocos.

Foi, aliás, neste negócio que El-Assir entrou em cena, como intermediário da venda aos franceses da Vivendi. Segundo Dias Loureiro, foi depois de ter conhecido El-Assir em Marrocos, que veio a sugerir a Oliveira Costa a possibilidade do negócio de Porto Rico (o libanês tinha 25 por cento da empresa).

Dias Loureiro ontem à saída do DCIAP em Lisboa



Sistema penal português e norte-americano

“É o mesmo que comparar uma formiga com

Entrevista

António Arnaldo Mesquita

Em meio ano, as autoridades judiciais norte-americanas investigaram e condenaram Bernard Maddof. A celeridade do desfecho de uma das mais complexas burlas no sistema financeiro mundial é ainda mais vertiginosa para quem se lembra do tempo que já passou desde a abertura de processos como o da *Operação Furacão*, do BPN e BPP. Maria José Morgado, procuradora-geral adjunta, admite que “temos um sistema penal inteiramente desajustado da produção de prova e condenação rápida no crime económico-financeiro.”

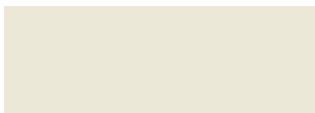
Qual a razão da diferença de duração dos processos de colarinho branco nos Estados Unidos e em Portugal?
Para além das diferenças de métodos de trabalho pessoais, tendo em conta o sistema penal americano e o português é como comparar uma formiga com um elefante. No processo português, há mil e um actos de recolha e produção de prova obrigatórios.



Maria José Morgado

Só depois de toda uma sucessão ritualizada de actos processuais é que é possível formular uma acusação. E só nessa altura o processo entra na fase judicial - quando for remetido para a instrução ou para o julgamento. Ou seja, toda esta ritualização processual encerra uma fase preliminar que não tem valor em julgamento! E mais: todo o contraditório feito pelos arguidos na fase preliminar é repetido na instrução, não obstante os formalismos e garantismos da fase preliminar. Todas as provas recolhidas na fase preliminar têm que ser repetidas em julgamento.

A confissão de um arguido na fase preliminar que não seja mantida na fase do julgamento não tem valor nenhum e é prova proibida. Mas não dá que pensar que Bernard Maddof tenha sido detido em 11 de Dezembro de 2008 e condenado anteontem? ... Dá que pensar que temos um sistema penal inteiramente desajustado da produção de prova e condenação rápida no crime económico-financeiro. Não podemos querer sol na eira e chuva no nabal. Ou aceitamos a morosidade anormalmente induzida por processo penal excessivamente garantístico que valoriza os direitos dos arguidos em detrimento do direito de punir e dos direitos das vítimas, ou simplificamos e modernizamos o processo penal. O excesso de garantismo é tão injusto como a falta de garantias, porque conduz à impunidade. **O que se podia fazer para alterar esta morosidade?** Podíamos, por exemplo, eliminar a fase de instrução, que me parece inteiramente inútil, face às alterações introduzidas na fase preliminar: foi alargada a intervenção do JIC, foram



CARLOS MANUEL MARTINS



um elefante”

reforçadas extraordinariamente as garantias de defesa. Após a acusação, o processo deveria seguir imediatamente e com fluidez para o julgamento - como acontece na Alemanha.

Além disso, é preciso repetir que não temos os meios periciais e informáticos compatíveis. É preciso investir na justiça, informatizar verdadeiramente os tribunais, atribuir-nos bases de dados, enfim dar-nos ferramentas dos dias de hoje. Na investigação do crime de colarinho branco, vivemos mergulhados em papel, afinal a receita garantida para morosidades máximas, dúvidas insanáveis e até absolvições inevitáveis e injustas.

No sistema americano, o MP recolhe as provas numa fase preliminar secreta, com escassa participação do acusado. O conjunto das provas é-lhe dado a conhecer no fim, no sentido de se considerar culpado ou inocente. Nada que se compare com a nossa ritualização labiríntica, ou seja, a diferença entre a formiga e o elefante.



Ver mais em www.publico.pt



Dias Loureiro só ontem “percebeu” contornos de negócios do BPN

Ex-conselheiro de Estado ouvido no DCIAP como arguido. Maria José Morgado explica por que é impossível julgar rapidamente casos como o de Maddoff

● Manuel Dias Loureiro foi constituído arguido e ouvido ontem nessa qualidade num interrogatório dirigido pelo procurador Rosário Teixeira, que lidera a investigação da *Operação*

Furacão. “Pude esclarecer aquilo que pude esclarecer”, disse aos jornalistas, adiantando que “só hoje [ontem] percebi alguns contornos do negócio da Biometrics que me passaram

completamente ao lado” e que foi “confrontado com documentos que nunca tinha visto”. Instada a comentar a celeridade do caso Maddoff e a compará-lo com a morosidade dos

processos de “colarinho branco” em Portugal, Maria José Morgado diz que o sistema judicial dos Estados Unidos é um “elefante” e o nacional “uma formiga”. → *Economia*, 18/19

CARLOS MANUEL MARTINS



Dias Loureiro, ontem, depois do interrogatório no DCIAP



Primeiro Plano



GONÇALO BORDALO PINHEIRO

Madoff foi detido, investigado e condenado em seis meses. Oliveira Costa está preso há mais de sete meses, sem acusação, instrução ou julgamento. São dois casos muito diferentes, são duas justiças radicalmente opostas

A Justiça que demora, demooooora

Bernard Madoff foi detido a 11 de Dezembro, apenas um dia depois de ter confidenciado aos filhos que estava envolvido num enorme esquema de fraude. José de Oliveira Costa foi detido a 20 de Novembro, mais de 15 dias depois de o Governo ter nacionalizado o BPN graças a um buraco de mais de 700 milhões de euros e de "perdas acumuladas de licitude duvidosa".

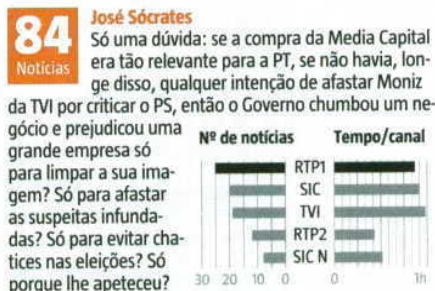
Apenas sete dias depois do início do escândalo, a 18 de Dezembro, o presidente da SEC, a entidade reguladora americana, foi afastado por causa do escândalo Madoff. Só mais de seis meses depois da prisão de Oliveira Costa, o governador do Banco de Portugal, a entidade reguladora portuguesa, foi ouvido pela primeira vez no parlamento sobre o caso.

Três meses depois, Madoff já estava a ser julgado e apenas seis meses e meio mais tarde foi condenado a 150 anos de cadeia. Mais de sete meses depois da sua detenção, Oliveira Costa continua em prisão preventiva, sem sentença, sem julgamento, sem fase de instrução, sem acusação e sem recursos por cima de tudo isto.

Estes são definitivamente dois casos distintos. Num há um culpado, um julgamento rápido e uma Justiça que funciona. No outro, há apenas um suspeito que não foi condenado, alguns indícios e uma Justiça que envergonha. ●

Campeonato de notoriedade na TV

De 22 a 28 de Junho



72 Cavaco Silva
Com uma simples declaração, acabou com as esperanças de o Governo financiar a TVI, substituir José Eduardo Moniz e controlar três canais em vez de dois. Se Sócrates contava com a passividade institucional de Cavaco, enganou-se.

60 Manuela Ferreira Leite
Ajudou a implodir o negócio da PT, viu o Governo recuar no TGV e agora no aeroporto e ainda teve a primeira sondagem como vencedora das legislativas. Foi das suas melhores semanas.

39 Cristiano Ronaldo
Ainda não tinha sido apresentado e já estava a ouvir o presidente do Real Madrid avisá-lo publicamente de que se deve casar, ser pai e ter juízo. É mais do que desagradável. É penoso.



34 Jerónimo de Sousa
Defende a ruptura na Autoeuropa, mesmo que isso comprometa a fábrica. O tempo dos empregos garantidos em empresas patrocinadas pelo Estado já foi. E deu como resultado o País que temos.

30 Francisco Louçã
O PS apresentou as conclusões do inquérito ao BPN: alguns reparos à regulação, poucas críticas ao Governo e nenhuma dúvida sobre a nacionalização. A fantasia acabou quando o BE anunciou conclusões alternativas.

24 Paulo Rangel
A fundação privada que o Estado criou, que o Estado gere e que o Estado financia para fugir aos concursos, no ministério de Mário Lino, demonstra duas coisas: falta de controlo das contas e falta de vergonha do Governo.

22 Mário Lino
Passou de não saber o que se passa na PT (onde tem golden share) para esclarecer em público se a ZON (onde não tem) quer comprar a TVI. Mário Lino devia decidir se o Governo sabe ou não o que se passa nas privadas.

12 Saviola
Mal chegou ao Benfica, pôde perceber para que tipo de clube vinha: providências cautelares para impugnar eleições sem oposição, tribunais que decidem mas não há tempo para cumprir as decisões e um presidente no mínimo peculiar.

11 Joe Berardo
Grita, acusa e esperneia, mas conseguiu transformar a guerra no BCP num pesadelo para Jardim Gonçalves. O BCP deixou de ser um exemplo de gestão para se transformar num caso de polícia.

Total de tempo na TV



FONTE Mediamonitor/Markttest



OPINIÃO
DIRECTOR



Pedro Camacho

Madoff e o Direito

Bernard Madoff, de 71 anos, foi condenado a 150 anos de prisão, uma bizzarria do sistema judicial que só pode ser lida como uma sentença «exemplar», como um recado claro do poder: os crimes de colarinho branco vão deixar de ficar impunes. Passe o exagero da pena, que só com a ajuda de dois renascimentos Madoff conseguiria cumprir, este severo castigo pretende ser proporcional à dimensão dos danos sociais que o corretor norte-americano causou, espalhando sofrimento por todo o mundo. E, além do mais, pretende ser coerente com um sistema que penaliza fortemente crimes de natureza patrimonial de gravidade bem menor.

Mas a pena de Madoff tem também um travo amargo, o da vingança de uma sociedade que se desforra dos sucessivos abusos, e impunidade, dos gestores de fortunas, as grandes vedetas de ontem, quando o sucesso se media pelos milhões conquistados – sem olhar ao como.

A verdade é que Madoff foi a julgamento, público e judicial, porque o sistema ruiu. Sem a crise, seria hoje, à semelhança de muitos outros Madoff, o que sempre foi enquanto deu dinheiro a ganhar: um homem de sucesso, respeitado e admirado. E quanto ao resto... nem resto havia, porque ninguém queria saber.

POR CÁ, também temos os nossos Madoff. E também damos sinais de que não queremos continuar a conviver, como se nada fosse, com determinados comportamentos menos aceitáveis, no sistema financeiro. O aparelho judiciário já investiga crimes de colarinho branco em tempo recorde, como está a acontecer no caso BCP. Já há comissões de inquérito do Parlamento a funcionar de forma exemplar, como aconteceu com a do BPN – pelo menos até à fase de elaboração do relatório final. Resta-nos apenas esperar que outros casos duvidosos venham um dia a ser tratados de forma igualmente expedita.

E, sobretudo, em outras áreas que não a financeira, porque existem outros crimes ainda mais intoleráveis para uma sociedade que se define de Direito e democrática. Até quando existirá gente que, em relação a esses sectores, prefere continuar a fingir que ignora o que se passa?

UM DESTES DIAS, numa madrasa, ouvi um muçulmano sustentar, em voz bem alta, que as diferentes religiões podem facilmente conviver, de forma pacífica. E que isso só não acontecia em permanência porque, de tempos a tempos, a política insistia em contaminar a vida das religiões.

Com a Justiça e a política, a história tem mostrado que as coisas não se passam da mesma maneira. Apesar de uma e outra não se deverem misturar no dia-a-dia, a verdade é que o sistema exige que, de tempos a tempos, a política desça ao terreno da Justiça para lhe garantir espaço de intervenção.

Estamos a viver um desses momentos, inclusivamente em Portugal. Mas é também nestas alturas de ruptura que se deve recusar os radicalismos. Da impunidade absoluta tende a partir-se para a perse-



Trocava os 150 anos de prisão aplicados a Madoff por 10 anos de prisão aplicados a 15 Madoff

guição absoluta, sem qualquer piedade ou sentido de equilíbrio. A Justiça, nestas alturas, tem de voltar a distanciar-se da política, perseguindo o que deve perseguir, castigando o que deve castigar, mas recusando-se a entrar em lógicas de vingança colectiva, de caça ao homem, do cheiro a sangue.

Madoff foi condenado a 150 anos. Toda a gente aplaudiu o castigo exemplar. E daí? Acabou? Limpa a consciência, ficamos por aqui? Trocava os 150 anos aplicados a Madoff por 10 anos aplicados a 15 Madoff, porque os há. E trocava as «medidas exemplares» por mais coerência, mais consistência e mais previsibilidade. Isto é, trocava a política de recados por uma política de verdadeira Justiça, por uma aplicação permanente e coerente de um conjunto de normas de conduta e de penalização que toda a gente sabe como são e de que maneira lhe batem à porta.

FAMÍLIAS E EMPRESÁRIOS estão mais confiantes no futuro do que estavam nos meses anteriores a Junho, invertendo, assim, os picos de descrença verificados em Março e Abril, respectivamente. Um optimismo – melhor dizendo, menor pessimismo – que é também partilhado por empresas e consumidores da totalidade da Zona Euro. Significa isso que a crise se «aproxima do fim», como disse Teixeira dos Santos, ministro das Finanças?

Não. Mas a verdade é que também não se ganha nada em desvalorizar dois indicadores, como têm feito algumas vozes da oposição, que sempre têm sido usados, seja para antecipar quedas da economia seja para antecipar momentos de retoma. Deve, apenas, dar-se-lhes o peso que, naturalmente, sempre tiveram e não mais.

A questão é que mesmo que estes indicadores possam significar «apenas» que o pior passou, seja em Portugal seja apenas nos principais parceiros europeus, temos, ainda assim, motivos de sobra para deitar foguetes. Travar a queda será sempre um passo necessário para iniciar a retoma. 